

Assembleia Geral Nacional

Aprovou Relatório de Actividades e Contas

Pág. 6



Assembleia Geral Nacional Eleitoral Extraordinária

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Artigos 28º e 66º dos Estatutos e das Disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Extraordinária, a realizar no dia 17 de Junho de 1995 (Sábado), das 09 às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Nacionais e Locais para o mandato a terminar em 1997.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, Edifício ADFA, em Lisboa, nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

ADFA, 28 de Março de 1995
A Mesa da Assembleia Geral Nacional
O Presidente
Joaquim Francisco Couceiro Ferreira

25 de Abril

Debates Vivificam Memória



Pág. 4

Movimento associativo une-se dentro das paredes da ADFA, em denúncia de atentados à dignidade e vida dos deficientes

Pág. 7 e 8



Governo aprova proposta de Lei que permite dispensa de serviço militar a filhos de Deficientes das Forças Armadas, com mais de 60% de incapacidade

Pág. 3

Defesa aberta aos nossos problemas

Secretário de Estado da Defesa recebe a ADFA



O recém empossado Secretário de Estado da Defesa Nacional recebeu,

no passado dia 7, a Direcção Central da ADFA, na ocasião representada por

todos os seus elementos em exercício.

Após a apresentação de cumprimentos nesta primeira audiência com o Dr. Abílio Morgado, este elemento do governo salientou a continuidade da disponibilidade do Ministério da Defesa Nacional na sequência do desenvolvimento do trabalho que vem sendo mantido para a resolução das reivindicações legislativas da ADFA, pendentes naquele Ministério, garantindo, por outro lado, o seu empenho e atenção pessoais a todas as áreas que res-

peitam aos deficientes militares.

Trocaram-se, seguidamente, informações sobre os dossiers pendentes e em análise, de onde ressaltou a apresentação ao Conselho de Ministros, previsivelmente rápida, de um diploma que, em complementaridade à Lei do Serviço Militar, permitirá a possibilidade de opção por parte dos filhos e irmãos dos grandes deficientes das forças armadas de dispensa da prestação do serviço militar, medida, aliás, já aprovada.

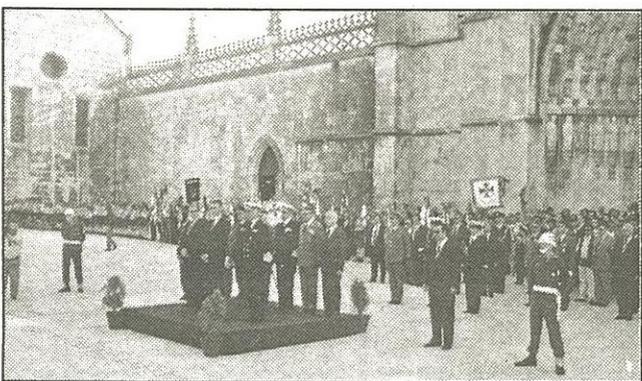
Outros assuntos penden-

tes foram abordados, nomeadamente, a política, legalmente sancionada, do acolhimento em lares, por parte do Estado, dos deficientes militares, em especial o do Lar Militar, o direito à assistência médica, como base para outros reconhecimentos à sua reparação moral e material, dos deficientes que ainda não se encontram abrangidos, por qualquer legislação, e cujos acidentes ocorreram durante a prestação do serviço militar, a possibilidade de acumulação da pensão de invalidez com a reforma para os deficientes em ser-

viço e que trabalham na função pública, tal como situações de gritante injustiça na perda do direito a pensão de sobrevivência e assistência médica por parte das viúvas dos deficientes das forças armadas.

Encontro considerado como muito produtivo, potenciou nesta audiência as expectativas de que o Ministério da Defesa Nacional, em especial o respectivo Secretário de Estado, irão promover a aprovação de todas as medidas justas e aguardando publicação naquele departamento governamental.

“9 de Maio” Dia do Combatente



No dia 9 de Abril, em organização da Liga dos Combatentes, realizou-se a 59ª Romagem à Campa do Soldado Desconhecido no Mosteiro da Batalha. As Cerimónias Oficiais decorreram na manhã daquele dia, presididas pelo Primeiro Ministro, e nela se incorporaram o Ministro da Defesa Nacional, O Almirante CEMGFA, o Secretário de Estado da Defesa Nacional, os Chefes de Estado Maior do Exército e da Armada, um

representante do Chefe de Estado Maior da Força Aérea, adidos militares de inúmeras Embaixadas, para além de representantes de diversas organizações, em especial de Associações de Combatentes nacionais e francesas. A ADFA fez-se representar, no acto pelo 1.º Sec. da DC.

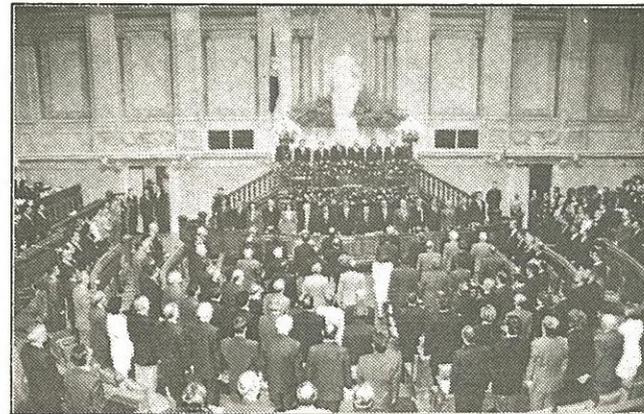
Junto à Campa proferiram intervenções o Prof. Dr. Mendo Castro Henriques e o Primeiro Ministro que, na presença de centenas de

ex-combatentes portugueses da guerra colonial, inalteraria a sua valiosa prestação para que hoje se tenha tornado possível, em ambiente de igualdade e amizade, concretizar uma profícua política de cooperação com os actuais países africanos de expressão portuguesa.

Seguiu-se a deposição de flores no Túmulo, apresentação de cumprimentos às entidades presentes e, após visita ao Museu das Oferendas, a parte mais cerimonial e evocativa terminou com uma missa, na igreja do Mosteiro, oficiada pelo Vigário Castrense, D. Januário Turval Rodrigues.

As entidades presentes, convidados e ex-combatentes confraternizaram, posteriormente, num almoço servido no Regimento de Artilharia 4, em Leiria.

Comemorações 25 de Abril



Na manhã do 25 de Abril, em comemorações que já fazem parte da vida nacional portuguesa, com a presença do Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de justiça, a mais alta Hierarquia Militar e convidados, realizaram-se as comemorações oficiais da Revolução dos Cravos que tiveram início, com uma Parada Militar, na Praça do Império.

Da Sessão Solene que teve lugar na Assembleia da República ressaltaram as intervenções políticas dos representantes dos partidos com assento no nosso Parlamento, do Presidente daquele órgão de soberania e do Chefe de Estado que,

para além de uma profunda reflexão sobre a vida portuguesa durante os passados vinte e um anos, se e nos questionou sobre o futuro do nosso País, salientando ser esta a sua última participação nas comemorações

como a mais alta figura do Estado.

A ADFA, como vem sendo habitual, foi convidada para as cerimónias nas quais se fez representar pelos Presidente e Vice-presidente da DC.

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL
Médico: Dr. Fernando Brito
2.ª Feira 13:00h
5.ª Feira 13:15h

PSIQUIATRIA
Médico: Dr. Proença
5.ª Feira 09:30h

UROLOGIA (Quinzenal)
Médico: Dr. Paulo Val
2.ª Feira 18:00h

PSICOLOGIA CLÍNICA
Dr.ª Teresa Infante
2.ª Feira 10:30h às 12:30h
e 14:00h às 17:30h

4.ª Feira 09:30h às 12:30h
e 14:00h às 17:30h

SERVIÇO SOCIAL
Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

GABINETE JURÍDICO

Dr. António Carreiro
3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia,
(não se dão consultas aos telefone)

Marcações: D.ª Helena Afonso

Marcações: D.ª Dulce Sousa

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781

SETÚBAL

Clínica Dentária

Boca e dentes, próteses e Ortodontia
Condições especiais para sócios e familiares da ADFA

Praceta Fernando Alcobia n.º 19
(por detrás do Centro Comercial do Bonfim)

Horário de funcionamento:
2.ª, 4.ª e 6.ª das 09.00 às 19.00 horas
3.ª e 5.ª das 09.00 às 13.00 horas
marcações pelo telef. 065/524835

♦ mais informações contactar ♦
Delegação da ADFA de Setúbal



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Propriedade, Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA
Tel. 757 05 02 / 05 83 / 06 45 / 07 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica,
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA
Elo Sonoro: Centro de Produção de Material
da Segurança Social de Lisboa e Vale de Tejo

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armindo Roque
António Carreiro, Armando Guedes da Fonte, José Maia,
Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente,
as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo
da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1 100\$00
Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:
Europa: 1 800\$00
Fora da Europa: 2 100\$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1 300\$00

Tiragem desde número: 9 000 exemplares

Filhos de DFA's podem optar pela não prestação do Serviço Militar

A 6ª Conferência Internacional Sobre Legislação da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, realizada em Lisboa em Março de 1994, com base numa das seis propostas da nossa Associação, formulou uma recomendação para que os países legislassem "... no sentido de isentar do serviço militar os filhos dos militares falecidos e dos grandes deficientes e ainda os irmãos daqueles, desde que os interessados o desejem".

O governo português na sua reunião de 20 de Abril, uma vez que a Lei do Serviço Militar já contempla tal situação para os filhos e irmãos dos militares mortos em combate, aprovou uma proposta de Lei, apresentada à Assembleia da República, para que tal opção possa também ser extensiva a iguais afins dos DFA's com incapacidade igual ou superior a 60%, com base na noção consignada no artigo 15º do DL 43/76.

Entende-se que a proposta aprovada intenta a alteração do artigo 19º da citada Lei do Serviço Militar, cuja alteração, em definitivo, competirá à Assembleia da República, de cujo plenário a ADFA espera o sancionamento de tão importante medida.

Queremos que a proposta aprovada é indicadora da positiva vontade do governo português, participante e co-organizador, com a FMAC, da 6ª Conferência Internacional sobre legislação, em rapidamente dar solução às restantes recomendações que também votou favoravelmente.

Sócios Falecidos



José dos Santos Valente, sócio nº 13145, de 50 anos, faleceu no dia 19/03/95. Tinha 60% de incapacidade, deixa viúva a Sra. Rosa Amélia dos Santos Almeida e 4 filhos orfãos. Residia habitualmente em Seia.



José de Sousa Jardim Vieira, sócio no 12467, de 45 anos, faleceu no dia 27/01/95. Tinha 38,8 de incapacidade. Era solteiro. Residia na Madeira.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas condolências

WISEU DONATIVOS

A campanha de angariação para aquisição das novas instalações da Delegação de Viseu, prossegue e já ultrapassámos os oito mil contos, num forcing final vamos todos colaborar e arranjar a verba de cerca de cinco mil e quinhentos contos que nos faltam.

Para que consigamos pagar na totalidade, a obra, participa, diz sim à aquisição desta nova casa adaptada que foi idealizada a pensar em ti, de forma a que nos sirva melhor... Porque a obra é de todos nós, participa, que ao fazê-lo, estás a contribuir para o teu bem próprio e da Associação que te serve, a ADFA.

Contamos com o teu apoio!

Licínio Brites Júlio, sócio 5118	3.000\$00
Manuel António D Bravo, sócio 11893(Sede).....	1.500\$00
António Pereira Marques, sócio 910(Sede)	5.000\$00
Alcides Laja, sócio 3862	10.000\$00
Armando Ramos Alves(Sede).....	10.000\$00
Custódio Pinto Ribeiro, sócio 3590	10.000\$00
António Ferreira M Almeida, sócio 3315	10.000\$00
Artur Augusto Feliciano, sócio 3319	4.000\$00
António Maria S Mendes, sócio 4286	4.000\$00
Fernando Pereira Silveira, sócio 6265	5.000\$00
Álvaro Jesus Marques, sócio 12946.....	5.000\$00
João Cabral Correia, sócio 5578	5.000\$00
Adérito Massa Leitão, sócio 7246.....	5.000\$00
Luís António Machado, sócio 8544	5.000\$00
António José C Peixoto, sócio 12492	5.000\$00
Luís Lemos Rodrigues, sócio 12700.....	4.000\$00
José dos Santos, sócio 4384	5.000\$00
Arlindo Pereira, sócio 2379.....	5.000\$00
Alexandre Costa Dias, sócio 3320	5.000\$00
Governo Civil.....	300.000\$00
TRANSPORTE.....	7.779.225\$00
TOTAL.....	8.185.225\$00

Estenografia Braille

Curso de Estenografia por Correspondência

O nível simplificado da estenografia braille aplicada à língua portuguesa foi recentemente divulgado. Não havendo à disposição dos interessados, na área da sua residência a possibilidade de aprender a estenografia e treiná-la, com orientação e de forma disciplinada, decidiu a Área dos Deficientes Visuais do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro fazer um esforço para preencher esta lacuna.

Assim, mais de 20 anos depois, e esperamos que o mesmo êxito, vamos de novo levar a efeito um curso de estenografia braille por correspondência.

Este curso, cujo âmbito se confina à matéria do nível simplificado, como já atrás ficou claro, destina-se aos utilizadores que sintam necessidade de orientação e apoio na abordagem e aprendizagem desta matéria. O curso é gratuito e está previsto para decorrer de Outubro de 1995 a Março de 1996. consta de cerca de 25 lições, acompanhadas de tabelas cumulativas da matéria dada e seguida de exercícios graduados que os cursandos poderão realizar e que nos poderão ser enviados para correção.

Os interessados deverão inscrever-se na Área de Deficientes Visuais na Biblioteca Nacional até ao fim de Agosto, por qualquer via - por escrito (Campo Grande, 83-175 Lisboa Códex), pelo telefone 7950130 ou pessoalmente, indicando o nome e a morada para onde desejem que as lições sejam enviadas. Para mais informações é favor contactar Isidro Rodrigues, neste Instituto.

Filipe Pereira Oliva

Selo de Automóvel

Avisam-se os associados que o Selo de Automóvel, para o ano de 1995, se encontra a pagamento durante os meses de Maio e Junho

Programa

"Novos Horizontes"

07 de Maio, (Domingo) 10 horas - TV2
Subordinado ao tema:

"II Encontro Nacional de Pais e Afectados de Spina Bifida e Hidrocefalia"

21 de Maio, (Domingo) 10 horas - TV2
Conferência de Imprensa
Dia Internacional da Hemofilia

Assembleia Geral Nacional Extraordinária Convocatória

Nos termos dos artigos 25º, 26º e 30º § 1º, dos Estatutos, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional que reunirá extraordinariamente na Sede da ADFA, em Lisboa, pelas 10:00 horas do dia 14 de Maio de 1995, Domingo, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único:

Correcção técnica da redacção dos artigos 26º, 59º e 61º dos Estatutos da ADFA, aprovados na Assembleia Geral de 4 de Março de 1995, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral da República.

Nos termos do nº. 2 do artigo 32º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a Assembleia Geral Nacional Extraordinária, reunirá 30 minutos depois com qualquer número de associados.

ADFA, 27 de Abril de 1995

MAGN

O Presidente

Joaquim Francisco Couceiro Ferreira

Acto Eleitoral Candidaturas

Para o Acto Eleitoral, a realizar no próximo dia 17 de Junho, e segundo a interpretação dada, pela MAGNE, ao artigo 12º do Regulamento Eleitoral, todas as candidaturas deverão ser entregues, tal como os respectivos programas de acção, às MAGNE e MAGDE até às 18:00 horas do dia 15 de Maio, Segunda-feira.

Recorda-se que, de harmonia com o disposto no artigo 35º - a), as listas de Candidatos ao Conselho Nacional, deverão conter 12 elementos efectivos e quatro suplentes, e, nos termos 51º - 1 - a) e 2, as listas de candidatos ao Conselho de Delegação deverão conter 7 elementos efectivos e três elementos suplentes.

Sugere-se, neste momento, a todos os associados a leitura dos Estatutos da ADFA e Regulamento Eleitoral em vigor, publicados, em separata, no último número do nosso Jornal.

Delegação de Famalicão - Convocatória

Convocam-se os associados, para reunião em 6 Maio, com início às 14:30 horas.

Ponto único:

Análise de toda a situação referente às Eleições para os Órgãos locais, face aos novos Estatutos.

Presidente da MAGD

António Joaquim Magalhães Alves

Bar Restaurante - Sede

Continuam a realizar-se as usuais noites de Fados aos primeiros Sábados de cada mês. assim:

Maio - dia 6
Junho - dia 3

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

para pessoas com deficiência

Complexo desportivo de Alcabideche
Terças e Quintas das 19 às 20 horas

CNAD- Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes

Delegação da Linha do Estoril
Inscrições e informações:

Tel. 4537816 das 14.30 às 18.30 horas
ou 0931212449

Delegação de Bragança

Comemoração

21º Aniversário da ADFA

Dia 04 de Junho de 1995

Almoço-convívio aberto a todos os sócios e familiares da ADFA, mesmo fora da sua área de jurisdição.

Em Freixo de Espada à Cinta.

No próximo ELO faremos referência ao local de concentração

Biblioteca Museu República e Resistência

Texto de Armando Roque

Ciclo "A Guerra Colonial e o 25 de Abril"

A Biblioteca Museu República e Resistência, do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, realizou um ciclo Colóquios subordinados ao tema "A Guerra Colonial e o 25 de Abril".

A ADFA esteve representada pelo presidente da Direcção Central no primeiro colóquio e foi convidada a fazer uma intervenção no último, "As Marcas da Guerra", que foi feita pelo 1º secretário da Direcção Central, em que salientou que os "deficientes e mortos são parte muito profunda e activa na consciência surgida nos militares para que o 25 de Abril fosse efectuado".

Os aspectos mais relevantes foram o silenciamento e a falta de documentação sobre a Guerra Colonial, que se encontra ninguém sabe bem onde.

Outra questão que causou bastante discussão foi o estado de abandono a que estão votados os ex-combatentes vítimas do stress de guerra, que durante todos os colóquios tiveram uma intervenção muito activa, inclusive colocaram cartazes à porta do Museu.

Morreu 23 anos depois

José Manuel Dias dos Santos, nascido em Alenquer no ano de 1950, foi para a Guerra Colonial em Angola em 1971 como soldado.

Passados 12 meses de comissão em intensa actividade operacional, em zona de campanha a 100%, começou a sentir os primeiros sintomas de problemas psicológicos. Frequentou a consulta externa do Hospital Militar de Luanda, onde foi medicado, mas continuou a combater.

Em 1974 passa à disponibilidade. Devido ao agravamento da doença requereu em 1977 a elaboração de um processo de doença adquirida em campanha, foi presente à junta que o considerou pron-



to para todo o serviço militar.

Em Dezembro de 1978 a doença é considerada como adquirida em serviço de campanha, mas não é considerado incapaz.

Em 1990 é revisitado o processo e em Dezembro 1991 é finalmente julgado incapaz, em Julho de 1992 é homologado o resultado da Junta.

Em fins de 1994 por despacho do SEDN é considerado DFA.

No dia da saída deste jornal, chegou-nos à mesa a notícia de que este nosso sócio se tinha suicidado, por enforcamento, no dia 10 de Novembro de 1994.

Aos familiares e amigos apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

O colóquio subordinado ao tema "As Marcas da Guerra" contou com a presença do próprio vereador do Pelouro, João Soares, que na oportunidade, informou que aquele Museu, (cujo coordenador é João Morais Mascarenhas) que tem já um acervo riquíssimo, irá ser aumentado com os filmes de todas estas sessões, (que podem ser visionados pelos utentes). O autor considerou que a Guerra Colonial foi uma guerra estúpida e profundamente injusta e que ele próprio, embora sendo um "moderado", sempre se opôs a ela antes do 25 de Abril.

O primeiro orador da sessão foi Patuleia Mendes, 1º Secretário da Direcção Central da ADFA, que fez uma alocução onde começou por afirmar, jocosamente como diria, que a primeira guerra de que existe memória pôs em conflito metade da humanidade, pois se, como se refere na Bíblia, na terra só existiam Adão e Eva, e seus dois filhos Caím e Abel, estes envolveram-se em disputa sangrenta que levaria à morte do último, o que representa a imolação de um quarto da humanidade, salientando que, embora sendo feita, sem o rigor científico-histórico, uma leitura do primeiro livro da Bíblia, o que de facto transparece é que o homem se dedicou a lutar e à guerra, pelo ganho do interesse económico ou territorial, desde os primórdios da sua existência.

Diria, a seguir, que os documentos posteriores conhecidos, sejam eles monumentais ou escritos, sempre transcreveram os conflitos em que as sociedades se degladiaram ao longo dos tempos, sempre no culto dos heróis e dos mortos ficando, prática e sistematicamente de lado, a referência dos mutilados ou deficientes, arredados do conhecimento histórico durante milénios. Adiantaria que pouco mais se conhece, até ao Sec. XVIII, do que a criação por Afonso X de Castela, talvez também por isso conhecido como o "sábio", do Corpo de Mutilados que permitia aos deficientes em combate a sua integração nos corpos dos exércitos nos serviços de apoio ou auxiliares.

Só no final do século passado, após uma sangrenta batalha na Lombardia, em macabra mistura de mortos e feridos, quando estes sucumbiam por incapacidade de resposta dos médicos e da medicina, é que surgiu a ideia da criação da Cruz Vermelha para que, em situações de combate, fossem criadas condições para, digna e humanitariamente, se acorrer àqueles que, feridos, careciam do apoio objectivo, claro e imediato para a manutenção das suas vidas. Aquele movimento humanitário teria capital importância durante a 1ª Guerra Mundial.

Salientaria, também, o nosso representante que, no

século passado, a viúva de um militar suscitou a criação de um espaço de acolhimento para os mutilados de Guerra, em Runa, que parece ter sido a primeira grande estrutura de apoio para os deficientes militares, e que foi de prestígio importância para os feridos das invasões Napoleónicas.

Referiria, posteriormente, que, em 1929, o Código dos Inválidos foi o primeiro grande documento em Portugal a salvaguardar os direitos dos mutilados de Guerra, criado na sequência da nossa participação na 1ª Guerra Mundial, mas que seria congelado poucos anos depois, o que permitiu o avanço rápido da miséria e do abandono daqueles que tinham tido ao seu dispor uma legislação que, ainda hoje, seria muito avançada. Os feridos da 1ª Guerra Mundial ficaram, a partir de 1940, votados ao esquecimento, com direito a internamento no asilo de Runa, estabelecimento que, pela sua característica e disciplina militar, se comparava a um sistema prisional e que permitiu que os sobreviventes daquele conflito mundial, com o congelamento das suas pensões de magras centenas de escudos, tivessem chegado, ao 25 de Abril de 74, em situações dramáticas de internamento e subsistência.

Avançou, Patuleia Mendes, que a 2ª Guerra Mundial criou condições internacionais para que as potências coloniais iniciassem processos de independência para os países seus administrados, facto que o regime de Salazar não entendeu, e de numa política do "orgulhosamente sós", não compreendendo o movimento, partido de Angola, em 1958, iniciado por intelectuais locais, de onde se destacam Pinto de Andrade e Agostinho Neto, lançou Portugal numa desnecessária e inane Guerra Colonial.

PARTIAM PELA CALADA DA NOITE

Fez seguidamente uma rápida alusão à incorporação dos manebos nas fileiras, à sua mentalização para uma guerra que desconheciam, tal como a sociedade portuguesa, e para a qual eram levados, partindo dos seus quartéis em Portugal em comboios, pela calada da noite e com as luzes apagadas, para que o povo não visse que os seus melhores filhos estavam a ser transportados, tal como cordeiros, para o matadouro, fazendo, seguidamente, o paralelismo com a chegada, também nocturna, de mortos e de deficientes para que o mesmo povo não visse chegar os mesmos cordeiros já imolados.

Adiantou, ainda, que foram esses deficientes e mortos que, conjuntamente com a juventude esclarecida vinda dos movimentos estudantis de 62 e 69, criaram nos oficiais do quadro permanente a consciência de que a guerra devia acabar, que a solução para o Ultramar Português era política e não militar, realçando, assim, que deficientes e mortos são parte muito profunda e activa na consci-

ência surgida nos militares para que o 25 de Abril fosse efectuado.

ACAMADOS NAS ESTREBARIAS DAS MULAS

Falou, também, das deficiências da retaguarda nos hospitais militares onde, designadamente no HMP-anexo (em Campolide), essencialmente os praças, eram amontoados nas antigas estrebarias das mulas do quartel da Artilharia 1, sendo frequente o recurso a convalescenças prolongadas para os deficientes evacuados, para que houvesse hipóteses de camas vagas para as levas e levas de feridos que vinham chegando das três frentes.

Realçou a movimentação dos deficientes militares, em 1973, que solicitaram ao Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, o direito de se associarem, pedido que foi perfeitamente ignorado; só o 25 de Abril, com a institucionalização do direito de associação no Programa do MFA, viria a permitir que, três semanas após aquela data, fosse criada, em 14 de Maio de 1974, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Assim, começaram a ser equacionados os problemas dos familiares dos cerca de 10 mil mortos, e dos 25 mil feridos na acção directa de combate, número este que, por parte dos deficientes, será muito mais elevado, já que os distúrbios traumáticos como o Stress de guerra, só se manifestam muitos anos depois, estando esta realidade bem vincada e bem presente na nossa sociedade actual e correspondendo a uma situação que a ADFA acarinha, acompanha e a que vai dar mais força, com a responsabilidade, que à organização cabe, de ter iniciado em Portugal a consciencialização pública para o problema, com a realização, em Junho de 1987, do primeiro simposium sobre Stress de Guerra.

A ADFA foi, no aglutinar dos deficientes de guerra portugueses, o local onde estes iniciaram o seu verdadeiro processo reivindicativo pela sua integração digna na sociedade, e pela escolha dos caminhos de reabilitação, que eles próprios escolheram e a nação deveria assumir. O companheirismo e a solidariedade, entre todos os deficientes de guerra, feitos psicólogos pela sua própria experiência, afirmou o representante da ADFA, criaram, no contacto directo e nas grandes reuniões que se promoveram, as primeiras sessões de "terapia de grupo" numa ADFA que foi almofada de problemas, encaminhador de situações, e que se substituiu ao Estado, no fornecimento das primeiras "ferramentas psicológicas" e de auto-estima, para que o deficiente caminhasse, como cidadão pleno, na sociedade portuguesa.

Terminaria dizendo: "o regime Salazarista pretendeu esconder, aos olhos do povo, a guerra que movia em Angola, Guiné e Moçambique, e hoje, arautos do esquecimen-

to, pretendem envolver em penumbra a Guerra Colonial, numa afirmação da sua inexistência, que a Sociedade não admite.

A terminar a sua intervenção que foi muito aplaudida, Patuleia Mendes afirmou que "não fomos para África de laço e violino, mas sim de armas na mão! E se dúvidas existissem sobre a existência daquele conflito fratricida, a sua memória nunca se apagará enquanto nós, deficientes e marcas reais da guerra, circularmos pelas cidades e estradas deste País, como monumentos vivos e testemunhos reais duma juventude sacrificada, que partiu para a guerra abandonando os lares de todas as famílias portuguesas".

PARA A MENTE AMPUTADA, NÃO HÁ QUALQUER TIPO DE PRÓTESE

Falou depois José Manuel Alves dos Santos, presidente da Direcção da Associação de Apoio aos Ex-Combatentes e Vítimas do Stress de Guerra, um antigo fuzileiro, que começou por fazer notar as dificuldades enormes que têm tido para lhes darem "direito à palavra".

Denunciou o facto de todas as portas lhes estarem fechadas, que existem sócios que se encontram em situações desesperadas, que inclusive alguns já se suicidaram e que existem pessoas a tomar doses diárias de mais de vinte comprimidos.

Disse ainda que para além daquilo que é visível, existem muitos homens que se escondem em suas casas, conforme já puderam constatar por visitas domiciliárias que têm efectuado.

A terminar disse que é urgente que se dê todo o apoio aos ex-combatentes que sofrem destes problemas, e que é uma responsabilidade que o Estado deve assumir, pois "para a mente amputada, não há qualquer tipo de prótese".

O AMBIENTE DE GUERRA TRAUMATIZA

O Professor Afonso de Albuquerque, psiquiatra, Director do Serviço de Psicoterapia Comportamental do Hospital Júlio de Matos, fez uma exposição sobre as investigações que tem vindo a desenvolver. Afirmou que, por extrapolação dos números dos EUA, relativos à Guerra do Vietname, (pois em Portugal não existem ao fim de vinte anos nenhuma estatística), que dos 800 000 soldados que participaram na Guerra Colonial, são 140 000 as pessoas afectadas por problemas psicológicos causados pelo stress de guerra.

Frisou que mesmo as tropas especiais, por melhor que seja a sua preparação, não estão imunes aos efeitos do stress de guerra. Fez um histórico da doença que no séc. XIX era conhecida como "coração irritável". Mais tarde, psiquiatras da escola freudiana, atribuíam a factores predisponentes, a origem da doença, ou seja, consideravam que ela não provinha do ambiente de guerra, mas sim

do facto do soldado ser mais ou menos resistente sob o ponto de vista psicológico. Só recentemente, sobretudo depois da Guerra do Vietname, é que esta doença começou a merecer um estudo científico mais aprofundado e concluiu-se que o ambiente de guerra é que está na origem da doença e não a suposta predisposição para a mesma. Para uma correcta abordagem e eficaz resolução destes traumas tem de se pôr o ambiente de guerra no centro das atenções. Estas descobertas são de tal forma importantes que nos EUA já se estão a fazer terapias onde o ex-combatente é levado ao próprio teatro de operações onde sofreu o stress. Afonso de Albuquerque sugeriu que em Portugal também se deveria optar por este método em colaboração com os PALOP.

No entanto realçou que, apesar desta doença já ter sido reconhecida pela Organização Mundial de Saúde, muitos clínicos em Portugal ainda ignoram os seus sintomas e não fazem os diagnósticos correctos.

A Drª Fani Lopes, psicóloga, completou a explanação de Afonso de Albuquerque, em que frisou, entre muitas outras coisas, que 46% dos doentes objectos do estudo nunca tinham tido nenhum trauma antes de irem para a tropa, que em muitos casos os sintomas se começaram a detectar 12 anos depois. Os traumas resultam da morte de camaradas de armas, dos combates; dos ferimentos, dos assassinatos, tortura e violação e destruição de aldeias, da sede e fome, do isolamento, dos acidentes, do combate corpo a corpo, do medo da selva, do tratamento de cadáveres, de prisão. Fani Lopes realçou o facto de a sociedade ter muita dificuldade em aceitar esta doença e sobretudo em relacioná-la com a guerra, por esta já ter acontecido há mais de vinte anos.

Terminada esta intervenção falou o "Capitão" Calvino, que começou por manifestar a sua solidariedade para com a APOIAR e fez depois uma belíssima exposição, que foi considerada por alguns presentes uma das mais belas prosas que já se escreveram sobre este tema. Como não dispomos do original desta intervenção, a mesma será publicada, se o autor o autorizar, num dos próximos números do "ELO".

Sá Flores declamou dois poemas relacionados com os deficientes militares e o 25 de Abril e apresentou o seu percurso literário.

Carmo Vicente fez uma intervenção cheia de vivacidade, em que denunciou o facto de ninguém ter assumido ter matado pessoas na guerra e afirmou que "Matámos mais de 100 mil pessoas e ferimos mais de 250 mil. A nós mataram, segundo as estatísticas oficiais, dez mil soldados e feriram 25 mil. Disse ainda que quem esteve em combate não foram os oficiais superiores, por isso não morriam.

Seguiu-se um debate muito participado que incidiu sobretudo no problema do stress de guerra.

Diálogo Interculturais

Sobre as Barreiras da Integração dos Deficientes

No passado dia 17 de Março, a ADFA teve a honra de receber na sua sede, em Lisboa, o escritor moçambicano Mia Couto. Na obra deste autor, internacionalmente reconhecida, existe um pormenor que para nós é de fundamental importância - trata a temática da deficiência. Nos seus contos desfilam personagens deficientes com o estatuto de protagonista. Têm vida inteira, ao contrário de uma certa tradição literária, em que as deficiências das personagens são índices conotadores de momentos ou situações de degradação na progressão narrativa.

Na sessão-debate realizada na ADFA, em que Mia Couto Participou, houve oportunidade de questionar o escritor sobre este assinalável traço da sua obra. Suspeitava-se que por detrás desta construção literária se encontraria uma motivação pessoal forte - uma experiência real sobre grandes

deficientes, uma reflexão particular, enfim, uma ligação forte ao tema. A resposta foi, contudo, surpreendente: que não há razão específica para o surgimento daquelas personagens deficientes em primeiro plano, com vida interior rica, com um estatuto de grande dimensão humana; que terão surgido naturalmente, como tantas outras coisas que ocorrem na escrita, sem serem pensadas e sem justificação particular.

No prosseguimento do debate sobressaiu entre tanto uma razão: tratar-se de uma questão cultural. Mia Couto é africano, de Moçambique, e nós, leitores, somos europeus, de Portugal. A sua obra espelha as vivências do quotidiano, alimenta-se da seiva da cultura local. Estamos, assim, perante duas culturas.

Nós lemos estes extraordinários contos de Mia Couto à luz dos nossos pressupostos - os deficientes sempre subgente -

e temos dificuldade em entender o estatuto de pessoa completa com que os deficientes aí surgem. É que, esclareceu o próprio autor, na sociedade genuinamente moçambicana é mesmo assim, os deficientes não são por natureza seres aparte, tal como não o são os velhos. O conceito de comunidade e de família é mais alargado, mais completo, abrangendo todos os elementos, sem a marginalização humana conhecida nas ditas sociedades evoluídas.

É, pois, uma questão cultural, esta. Sabê-lo é reconfortante, porque podemos admitir que a rejeição dos deficientes não é intrínseca à natureza humana. É que o moçambicano do interior é mais natural que o português de Lisboa.

Rousseau, se tivesse considerado a atitude do "bom selvagem" em relação ao seu semelhante deficiente, talvez tivesse concluído que, neste domínio, também era melhor

que o homem corrompido pela civilização.

De qualquer modo, os comportamentos variam de cultura para cultura, e numas as barreiras da integração dos deficientes são mais fortes do que noutras. Conhecer as diferentes formas culturais de integração é de primordial importância, e Mia Couto, com a sua presença na ADFA e através dos seus

contos, deu-nos um contributo importante para a reflexão em que estamos empenhados.

A conclusão sobre a variabilidade da atitudes em relação aos deficientes é um ponto de partida seguro para um trabalho de alteração dos comportamentos marginalizantes, porque entendidos como não naturais e, por isso, mudáveis.

O diálogo interculturais poderá desnudar os nossos sagrados e indiscutíveis preconceitos, poderá expor a sua inadmitida fragilidade, poderá desvendar a sua possível artificialidade. O aprofundamento desse diálogo é um dos objectivos do novo projecto da ADFA no âmbito do Programa Horizon II.

António J. Lavouras Lopes

Aos sócios A Imagem dos deficientes na sociedade

O Grupo de Estudos e Documentação (GEDA) está a levar a efeito um inquérito, através do qual se pretende obter dados com rigor científico, que nos possam elucidar da forma como a sociedade encara as pessoas com deficiência e como os deficientes se encaram a si próprios.

Apelamos à militância dos nossos associados, para que se dirijam à Sede ou à sua Delegação ou Núcleo, para preencherem estes questionários, que são confidenciais (nem sequer têm de escrever o nome) para desta forma poderem dar o seu apoio, que não exigindo um grande esforço, é no entanto fundamental para o êxito deste trabalho.



**Projecto
2+4**



**No âmbito da Reabilitação
Algumas Estratégias Sectoriais**

Que desde já se propõem aos novos órgãos sociais da ADFA que resultarem do acto eleitoral do próximo mês de Junho de 1995 :

* Conhecer profundamente os associados, os seus problemas e necessidades, promovendo formas sistemáticas de angariar informação, geral e especial ;

* Cultivar a pedagogia da deficiência, sistematizando, estudando, investigando e promovendo a difusão de informação técnico-científica e conhecimentos gerais sobre as diferentes áreas de deficiência, ajudas técnicas, etc, etc. ;

* Explorar e desenvolver o processo de reabilitação permanente, lançando programas e promovendo acções a partir da auscultação directa dos deficientes e familiares, principalmente os grandes deficientes, bem assim como de entidades competentes ;

* Estabelecer programas de apoio ao deficientes no processo de envelhecimento;

* Intervir decididamente nos circuitos da saúde militar em defesa de uma melhor e mais racional prestação de serviços e cuidados.

Por Dentro da Reabilitação A Imperfeição dos Perfeitos

Armando Guedes da Fonte

De síntese estratégica inicialmente concebida e proposta por Adam Smith para auxiliar a entender e a dimensionar a real importância dos fenómenos sócio-económicos na vida dos homens e nações, em justiça, dignidade e liberdade, o liberalismo foi resvalando em objectivo, mais acelaradamente após a segunda guerra mundial, e impôs-se cada vez mais como alvo principal da actividade e "felicidade" humanas e, o que a princípio pretendia ser uma filosofia da pedagogia do desenvolvimento multifacetado do indivíduo e da sociedade, alienou-se numa interpretação superficial e materealista da vida reduzindo-a trágicamente ao que de mais comum e efémero ela

contém. O indivíduo assim submetido à perigosa vulnerabilidade da simplificação matricial de raiz exclusivamente conómica passa a ser abordado em função da adaptabilidade ao papel que lhe é proposto desempenhar no panorama da lógica matemática do deve e do haver.

A este quadro social, em que a importância específica do património espiritual e sentimental se vai esbatendo nas ofuscas intensidades da sociedade do consumo, os grandes deficientes não escapam, sendo também submetidos às suas influências. E ai deles se não possuem engenho suficiente para lhe adicionar mais valias de carácter económico! E raramente possuem por não terem tido, à partida, o enquadra-

mento e suporte de programas de desenvolvimento reabilitacional fundamentados por estratégias sócio-técnico-económicas equilibradas e de concepção, aplicação e avaliação transparentes

Nos tempos presentes os programas visando a reabilitação dos grandes deficientes são submetidos, juntamente com os destinados à reabilitação de outras minorias, a avaliações e projecções meramente economicistas concluindo-se, na maioria dos casos, tratarem-se de sistemas económicos de alto risco e, portanto, desmobilizadores de aprofundadas atenções por parte dos macro sistemas de decisão.

Assim, e mais uma vez, os grandes deficientes deserdados pela comunidade

aprendem a sobreviver nos intervalos das declarações de circunstância e nas entrelinhas das decisões políticas ; o importante é que sejam mantidos a um nível de sobrevivência quanto basta, necessária e suficiente para transmitir um toque de humanidade a estratégias e programas económicos mais ou menos enraizadas em justificações ideológicas.

O crescimento das economias tem custos sociais elevadíssimos nomeadamente no que se refere à constante tendência para a massificação dos costumes e ao gradual esbatimento das singularidades dos indivíduos e das instituições, tão necessárias a uma sociedade multifacetada pelo colorido das diferenças. A padronização materealista a que as pessoas e instituições ficam expostas fragiliza-as tornando-as permeáveis a ideias e condutas pretensamente progressistas mas de uma alienação confrangedora. Lançadas neste "mercado" as pessoas vivem em função de

quadros conceptuais, que lhes propõem, para o êxito social e sua materealização no quotidiano. E a intensidade deste exercício de vida é atingida em máximos de artificialismo e de contra-valores. Neste ambiente de imperfeições dos "perfeitos", de superficialismos estereotipados e do "correr depressa não se sabe para onde" os grandes deficientes personificam formas e conteúdos dissonantes, reactivos até, face à simplificação consumista de coisas e sentimentos. E a forma dá lugar ao conteúdo. E assim, ao tentar sobreviver neste meio o grande deficiente assume um papel fundamental para

o desenvolvimento da consciência colectiva : é-lhe incómodo na medida em que a obriga a auto avaliar-se, e é-lhe reactivo porque lhe propõe uma vivência comunitária mais humanista pelo exercício real do direito à diferença.

Chamados a desempenhar um papel valorativo da parte no todo, desafiando a padronização neoliberal consumista, os grandes deficientes revelam-se aos seus concidadãos em desconhecidas e desafiantes dimensões desta vida quotidiana conduzindo-os a experiências de sentimento democrático humanista, de profunda raiz cristã.

VENDE-SE

Ford Fiesta 1.1/1989

3 portas c/ caixa automática/53.000km

Informações:

Tel. 044 87 23 07 (c/ atendedor)

ou 093 121 24 49

Texto de Armindo Roque
Fotos de Farinho Lopes

Sem votos contra AGNO aprovou o Relatório de Actividades e Contas

A Assembleia Geral Nacional Ordinária, realizou-se no Salão Nobre da Sede, no dia 8 de Abril, às 14:30H, para discutir o Relatório de Actividades e Contas da Direcção Central e o Parecer do Conselho Fiscal.

O Relatório e as Contas foram aprovados sem votos contra, mas a AGN foi muito participada, tendo sido colocadas algumas questões pelos associados, sobretudo no que concerne à existência de alguns gastos exagerados, sobretudo em transportes.

Foi também motivo de preocupação a diminuição da quotização, mais evidente em algumas Delegações que sofreram quedas superiores a 10%, se bem que também se tenham constatado aumentos significativos em outras, muito especialmente a de Ponta Delgada.

Foi criticado no relatório não existir uma análise mais pormenorizada do problema da eventual revogação do dec. lei 43/76 e de a DC ter deixado os sócios numa certa indefinição nas estratégias para o futuro.

A DC considerou que este ano foi sobretudo um ano de sementeiras cujos frutos estão ainda por recolher.

A AGN começou com a leitura da acta do ano anterior, que foi ratificada praticamente sem discussão.

A DC informou que o 2º Secretário, tinha pedido a demissão e que as suas responsabilidades tinham passado para o vice-presidente. No entanto Artur Vilares enviou uma mensagem à AGN, onde manifestou a sua total solidariedade para com a DC.

Foi ainda realçado que o Relatório para além de ter sido integralmente publicado no "ELO", foi também impresso em Braille e está disponível para ser lido no sistema informático Apollo, para os cegos o poderem consultar com maior autonomia.

Patuleia Mendes, apresentou o Relatório em nome da DC. Recordou que se está a fechar um ciclo que começou quando em 1987, altura em que a ADFA se viu confrontada com o facto de poder ser despejada para uma residência no Restelo.

No seguimento de uma reunião do Conselho Nacional deliberou-se construir uma Sede de raiz, que hoje está pronta e sem problemas de maior, pois existe ainda uma garantia bancária para colmatar alguns defeitos de construção que venham a ser detectados. Esse ciclo não terminou com a construção da Sede, mas com a Revisão Estatutária recentemente efectuada.

No que concerne à Reabilitação, realçou as consultas de Urologia, recentemente iniciadas, e a celebração de um protocolo com o HMP para acompanhamento das vítimas de traumas causados pelo stress de guerra.

Sobre a legislação considerou que foram dados alguns passos, mas que as Recomendações da 6ª Conferência da FMAC se encontram ainda na gaveta. Que apenas dois equipamentos para cegos tinham sido entregues, no que concerne às Ajudas Técnicas. Disse que em reunião havida com o SEDN este tinha informado que os decretos

já tinham seguido para aprovação em Conselho de Ministros.

Considerou que as comemorações do 20º aniversário foram uma afirmação da vitalidade da ADFA.

Congratulou-se com o facto de as delegações de Évora e Viseu terem resolvido os seus problemas de instalação.

Sobre o "ELO" considerou que foi um ano de reestruturação e que este se encontra tecnicamente preparado para sair da ADFA directamente para a tipografia, fazendo recurso de meios informáticos e que se tem o objectivo de, em conjunto com a reestruturação da Tipografia, que ele possa passar a ser aí impresso.

Depois desta exposição da DC passou-se à discussão.

Foi criticado o facto de o relatório ser insuficiente no que concerne ao problema da eventual revogação do dec. lei 43/76.

No que diz respeito às consultas de Urologia foi dito que estas são muitas caras e que quem deveria suportar os seus custos não deveria ser a ADFA mas sim o HMP.

Sobre a Formação Profissional foram postas dúvidas sobre a real integração dos formandos, que foi considerada menor que a que de acto vem no Relatório. E criticada foi também a ausência de informação sobre a integração conseguida no CRPG.

Foi lembrado que a Direcção da Delegação do Porto tinha ficado responsável de fazer um estudo sobre a instalação de um Museu junto ao Monumento dos Combatentes do Ultramar e de propor uma estratégia sobre esse assunto, e que o relatório não fala nisso, nem sobre quais os resultados do estudo da Direcção da Delegação do Porto.

Houve ainda quem se pronunciasse no sentido de que este tinha sido um ano de paragem, com falta de capacidade de definir linhas

de rumo e que por isso os sócios ficaram como que "suspensos no ar" sem saber o que está a acontecer e sobretudo o sobre o que irá acontecer.

A situação dos sócios considerados em serviço ou não abrangidos por nenhuma legislação que os contemple, foi considerada muito grave e que a demora da saída dos decretos está a trazer problemas incontroláveis.

Foram também feitas críticas à situação no Lar Militar.

O presidente da DC respondeu e disse que, no que concerne ao Museu, nunca mais tinha havido nenhuma reunião da Comissão encarregue de o criar.

Quanto à questão do Lar Militar disse que a DC já expressou a sua posição ao MDN e que a ADFA tem uma proposta para que a gestão do mesmo passe para a alçada do Serviços Sociais do MDN e para que a própria associação participe na sua gestão.

Sobre os sócios que se encontram no HMP, informou que já existem lugares disponíveis no Lar Militar, mas os mesmos não aceitam ser transferidos enquanto não lhes for garantido, por escrito, que continuarão a ter assistência médica no HMP, uma vez que o Lar não tem essa vertente e, como se sabe, actualmente não existe ainda legislação que garanta assistência médica aos deficientes militares cujos acidentes não foram considerados como tendo relação com o serviço ou campanha.

FOI UM ANO DE SEMEITEIRA

O vice-presidente da ADFA Garcia Miranda disse que não se tratou de um ano de paragem, mas sim de um ano de sementeira. Deu como exemplos o projecto de reestruturação da Tipografia que envolve cerca de 150 mil contos

Disse também que tem estado a ser estudada a hipótese de se lançar em Lisboa uma oficina orto-protésica; e que aí existem algumas indefinições, mas que não são da responsabilidade da ADFA, mas sim do facto de o MDN não ter ainda definido o seu plano de acção para os hospitais militares, nomeadamente a possível criação de um serviço dessa índole nas actuais instalações do Hospital da Força Aérea.

NOS AÇORES AS QUOTAS AUMENTARAM 38%

O tesoureiro da DC, Armindo Matias, passou em seguida a apresentar as contas e começou por mostrar a sua preocupação com o facto de as receitas em quotas terem diminuído.

De facto, segundo a nota às demonstrações financeiras que apresentou, apesar do valor da quotas ter aumentado, o total das receitas diminuiu, o que significa que houve sócios que deixaram de pagar, pois em 1993 a receita foi de 43 002 contos e em 1994 apenas de 41 984 contos ou seja menos 1018 contos o que equivale a uma quebra de 2,4%. Esta diminuição foi interpretada por alguns sócios como um desencanto dos sócios relativamente à ADFA e à falta de perspectivas que esta lhes dá para lhes resolver os graves problemas com que se confrontam.

No entanto houve delegações que subiram e outras que desceram: um grupo de delegações tiveram aumentos substanciais, Ponta Delgada mais 38% (224 contos), e Faro mais 27% (336 contos). Um outro grupo onde as alterações foram pequenas mas positivas: a Sede praticamente manteve, aumentou as quotas em apenas 0,16% (27 contos) assim como Setúbal, mais 1,3% (17 contos), Bragança, mais 3% (21 contos), Famalicão, mais 4% (94 contos). No grupo das delegações com quebras de quotização situam-se Castelo Branco, com menos 5,3% (-96 contos), Coimbra, menos 5,6% (-189 contos) e Funchal com menos 5,6% (-65 contos). As maiores perdas situaram-se em Évora, menos 13,6% (-202 contos), no Porto, com menos 9,6% (-932 contos) e em Viseu, com menos 8,4% (-255 contos). No Porto no entanto estes resultados não podem ser vistos de uma forma linear porque no ano anterior foi ali feita uma campanha para pagamento de quotas em atraso, pelo que aqueles números são superiores ao que normalmente se recebe.

A Formação Profissional sofreu de algumas vicissitudes devido ao atraso na chegada das verbas tendo por isso a ADFA sido obrigada a avançar com dinheiro próprio para assumir os seus compromissos. Neste momento as contas já estão regularizadas. Armindo Matias adiantou no entanto que isto foi um aviso que merece que se repense seriamente esta actividade.

Disse que a dependência da ADFA em relação ao subsídio estatal tem diminuído que se têm diversificado as receitas e que isso continua a ser um dado positivo.

Mostrou-se preocupado com o saldo negativo de cerca de 7 000 contos mas que isso resulta em parte do facto de se terem feito amortizações um pouco elevadas (4 000 contos).

No que concerne às despesas considerou que os fornecimentos de serviços externos foram um pouco elevados (mais 10 800 con-

tos) mas que em contrapartida os gastos com pessoal apenas aumentaram 1 000 contos).

Houve investimentos consideráveis na Tipografia na compra de uma máquina que custou 20 000 contos.

Para a compra da Sede em Viseu foram investidos 3 000 contos.

Estão previstos cerca de 160 000 contos na criação de um enclave (uma espécie de centro protegido para criação de postos de trabalho para pessoas deficientes), a ser financiado pelo FSE.

No que respeita à Tipografia, considerou o seu trabalho muito positivo, e contribuiu com cerca de 15 000 contos para a ADFA.

MAIOR AUSTERIDADE

Houve um sócio que considerou a verba gasta com a dinamização associativa muito baixa (1502 contos) quando comparada com outros custos, nomeadamente com a organização da 6ª Conferência da FMAC (17 475 contos). O tesoureiro esclareceu que essa Conferência foi subsidiada quase na íntegra pelo MDN. Apesar de tudo, alguns sócios manifestaram-se no sentido de uma maior austeridade nos gastos.

Ainda em matéria de custos Armindo Matias esclareceu que a transferência para a nova Sede acarretou despesas em segurança e vigilância de cerca de 5 000 contos e considerou que as despesas com reparação de viaturas foram muito elevadas.

O CFC procedeu à leitura do seu Parecer, que foi considerado por alguns sócios um pouco "mole" e que deveria alertar os sócios para alguns problemas que existem.

Conselho Fiscal Central PARECER

De acordo com o preceituado nos Estatutos da ADFA, Artigo 45 Alínea c) vem o Conselho Fiscal Central apresentar o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas da Direcção Central - Exercício de 1994, com vista à sua apresentação à Assembleia Geral Nacional, ordinária, convocada para 08 de Abril de 1995.

O CFC, tem pautado o seu mandato por uma filosofia de acompanhamento das actividades desenvolvidas e promovidas pela DC, bem como de procurar permanentemente sentir o pulsar da vida associativa, na Sede e nas Delegações. Procuramos ouvir e estar atentos às diferentes sensibilidades associativas, expressas quer em reuniões de Sócios quer em contactos informais, procurado sempre colher dados relevantes para as reuniões de trabalho conjuntas a ter com os outros Órgãos Nacionais.

O presidente do CFC disse em resposta que se tratava apenas de um parecer e não tinha outra intenção que não essa.

O Relatório de Actividades e Contas foi aprovado por maioria com apenas 3 abstenções e sem nenhum voto contra.

AUMENTO DAS QUOTAS

A DC propôs um aumento de quotas para o próximo ano de 525\$00.

Apareceram propostas no sentido de cada um pagar de acordo com o valor das suas pensões. Esta proposta foi rebatida com argumentos que consideravam isso como algo que está contra o espírito de igualdade de deveres e direitos, com que a ADFA foi criada. Por outro lado, um sócio pode ter uma pensão mais pequena mas rendimentos mais elevados.

Foi proposto que se deve criar um esquema de incentivos para angariar sócios. Que se criassem condições para que possa haver uma amnistia. Informar todas as pessoas que podem ser sócias e que o não sabem. Salientou-se que os custos que se fazem na angariação dos sócios deve ser encarado como um investimento. Devem ser criadas expectativas nos sócios de que a ADFA poderá resolver os seus problemas, o que implica que os serviços da ADFA tratem todos os sócios com o maior carinho e se explorem todos os meios de resolver os seus problemas de emprego, de formação profissional, de reabilitação, proporcionar-lhes oportunidade de disfrutar os seus tempos livres assim como aos seus familiares.

O aumento das quotas foi finalmente aprovado.

Sempre que o entendemos necessário, mantivemos contactos com a DC a quem sempre procuramos de uma forma crítica mas objectiva e construtiva, dar a conhecer os nossos pontos de vista, as nossas apreensões e as preocupações e pedidos de esclarecimento que nos foram apresentados pelos Sócios.

Feita a análise ao Relatório de Actividades da DC e tendo em consideração os dados extraídos das reuniões de trabalho conjuntas efectuadas, é o seguinte o Parecer do CFC:

- 1 - Actividades Internas e Vida Associativa
 - 1.1 - Legislação
 - 1.2 - Monumento aos Combatentes do Ultramar
 - 1.3 - Acções Sócio-Culturais
 - 1.4 - Reabilitação e Formação Profissional
 - 1.5 - Revisão Estatutária
- 2 - A ADFA no Exterior
- 3 - Relatório de Contas
- 4 - Conclusões

continua na página 8

Conferência de Imprensa da APH e da APIR na Sede da ADFA

A Associação Portuguesa de Hemofílicos e a Associação Portuguesa de Insuficientes Renais, deram uma Conferência de Imprensa, no dia 17 de Abril, no Salão Nobre da Sede da ADFA.

Esta conferência contou com a presença dos principais órgãos de comunicação Social, nomeadamente os canais televisivos.

Publicamos na íntegra o comunicado distribuído à imprensa.

As várias notícias que têm vindo a público sobre o processo do Tribunal Arbitral e algumas situações que o Governo, por sua conta e risco, decidiu assumir e divulgar, merecem por parte da Associação Portuguesa dos Hemofílicos inteira reflexão.

O motivo da realização desta Conferência de Imprensa é também porque nesta data se comemora o Dia Internacional da Hemofilia e porque a Federação Mundial de Hemofilia recomenda que todas as Associações Nacionais aproveitem este dia para divulgar a problemática da hemofilia, nos seus vários aspectos, com especial ênfase para as situações adversas que dramaticamente

denunciar publicamente a sua

solidariedade para com uma mulher a quem atribuiu, ao arrepio do sentimento da realidade "competência", "seriedade", "verticalidade" e empenhamento "para dar bons cuidados de saúde aos portugueses".

E no entanto o despacho de acusação da Procuradoria Geral da República de entre as 13 pessoas que indicou

como criminosas, não poupa o epíteto a Leonor Beza. E nele é longo o articulado de factos que apontam para a incúria, desleixo e responsabilidade com que a ex-Ministra tratou a saúde dos Hemofílicos.

Perante isto como é que a arguida Leonor Beza consegue coadunar tais factos com a sua teoria de que, sendo

como muito bem disse, os concentrados de Factor VIII um tratamento "salva vidas" e se fosse escolhido o Laboratório Plasmapharm Sera os hemofílicos poderiam ficar sem tratamento, quando haviam mais três laboratórios no mesmo concurso!

Número mais que sufi-



dos pelo governo para atribuição daquela quantia contemplaram tão só

- Hemofílicos maiores com filhos menores, à data da verificação da contaminação, falecidos ou não... (e)

- Hemofílicos menores, à data da verificação da contaminação,

porque constava dos registos hospitalares que antes da data da verificação da contaminação aqueles tinham sido tratados com

mas discute o preço das vidas dos que já morreram e de outros que ainda cá estão. É que depois de ter fixado a quantia máxima de 12.000 contos e de ter concedido aos hemofílicos que peticionassem o montante máximo, o Estado Português defende ser exagerado o pedido dos hemofílicos.

O Senhor Primeiro Ministro apresenta a contaminação dos hemofílicos em termos legalistas e orçamentais. "A lei está feita",

judicial comum não se justificam quando uma das partes em confronto manifesta ou auto-assume a responsabilidade pelo dano provocado na outra. Por conseguinte, a posição adoptada pelo Governo é desde o início inconstitucional porque viola os cânones mais sagrados de qualquer democracia de um Estado de Direito. Como oportuna e repetidamente foi veiculado pela APH.

E nunca se diga que os

demnização, por outro retirou-lhe o poder de atribuir a quantia que entender justa.

Isto é: o mecanismo criado obriga o Tribunal Arbitral a atribuir aquilo que o Estado entende ser conveniente. E se 12.000 é conveniente para o Estado, abaixo desta quantia mais conveniente será. Esta forte possibilidade existirá se considerarmos a tradição da jurisprudência em sede de indemnizações.

Mais ainda Senhor Primeiro Ministro! Contrariamente ao seu discurso no Jornal supra, nos Tribunais produz-se prova. Aos Tribunais não lhes compete fazer prova, mas formar convicções, de acordo com a prova dos factos litigantes.

É aos hemofílicos que cabe o ónus da prova: a estes cabe provar que não são "drogados do Casal Ventoso", como Vossa Excelência refere, ou ainda que não se prostituíram a troco de cifrões.

Como podem os hemofílicos provar o que quer que seja, se quando pedem os respectivos ficheiros clínicos nos Hospitais, são confrontados com recusas

Basta! Exigimos Justiça!



atingiram, nos anos 80, as pessoas com hemofilia em todo o mundo.

O Esta do é maior que os hemofílicos. E porque assim é, o Primeiro Ministro Dr. Cavaco Silva e o Ministro da Justiça permitem-se em sede do escândalo da contaminação com o VIH, publicamente sacolejar rosários de mentiras convenientes no sentido de desinformar os portugueses.

A cantilena do Senhor Professor diz que o Estado Português é um Estado de Direito; mas a mesma cantilena diz

também que o Executivo não gosta dos hemofílicos. Porque estes apesar de mais pequenos que o Estado, compõem reconhecidamente o selo da mediocridade da política de saúde e social deste Governo.

Nos 8 anos de vida deste caso tudo o que o Primeiro Ministro teve para dizer foi

ciente para os hemofílicos não ficarem sem tratamento!

Tire-se daqui as devidas ilações. Uma delas é segura: A Procuradoria Geral da República não elaboraria, por certo e exaustivamente, um Despacho de acusação de 339 folhas, caso não fossem minimamente suficientes os indícios de que houve crime.

Para o Senhor Primeiro Ministro, como declarou no jornal "Público" de 29 de Março último, passar indiscriminadamente cheques hemofílicos contaminados com o VIH, nunca seria próprio de um Estado de Direito, mas antes de um regime ditatorial. Que nos diz então o Estado Português quando escolheu cerca de 40 hemofílicos contaminados e lhes atribuiu a soma de 12.000 contos?!

É que os critérios segui-

medicamentos derivados do plasma humano, importados.

E, no entanto, existem hemofílicos contaminados, petionantes no Tribunal Arbitral, com idade igual à dos contemplados, que não receberam a referida quantia porquanto a sua seropositividade só foi detectada após atingirem a maioridade. É que, antes, não tiveram a "sorte" de ter sintomas que conduzissem à detecção da infecção.

Idade que o Senhor Primeiro Ministro publicamente declarou no referido diário ter bom coração, onde diz "... ser sensível a todos os tipos de miséria e sofrimento..." pergunta-se ainda:

Sendo certo que as viúvas infectadas de hemofílicos contaminados com o VIH, o foram através de seus maridos, que as expuseram ao vírus, porque não são as mesmas indemnizadas como vítimas que efectivamente são e por arrastamento, da política de saúde mortal deste Governo?

É justo privá-las dos maridos, injectar-lhes um vírus mortal e condenar os filhos ao estatuto de futuros orfãos?

O Estado Português assumiu a sua responsabilidade no caso da contaminação. Levou 8 anos a fazê-lo. Escolheu agora aqueles a quem resolveu passar cheques de 12.000,

diz autoritariamente. Aos leigos certamente confundirá. Aos outros não tem essa capacidade, mas tão só o dom de os ofender porque fere a inteligência e os olhos de quem o lê.

A lei está feita porque Vossa Excelência assim o quis. A lei não muda porque Vossa Excelência teimosamente não quer. Porque sendo dono da maioria absoluta e a voz da mudança em Portugal, poderá, por certo, alterar o diploma em causa.

O argumento legalista do Senhor Primeiro Ministro é anedótico, sobretudo se atentarmos que este Governo que se gaba de ser o promotor das grandes mudanças em sede da Lei e da Justiça, publicitando inclusive que algumas das suas leis são consideradas como documentos referência no Conselho da Europa.

Certamente nelas não incluiu o Diploma dos Hemofílicos, porque todo o esquema obviamente malévolo e conveniente que nele se encontra foi reprovado na mesma Europa.

O Senhor Primeiro Ministro e o Ministro da Justiça referem vaidosamente que tomaram a iniciativa de criar o Tribunal Arbitral, porque assim os casos se resolviam mais depressa. É insólita esta solução e reveladora da atitude prepotente do Governo. Quer o mecanismo da arbitragem, como o mecanismo



hemofílicos aderiram de livre e espontânea vontade à Convenção de Arbitragem. Foram coagidos a fazê-lo, porque o Estado soube bem como explorar a miséria em que os mesmos se encontram.

Logo é patético quando o Senhor Ministro da Justiça refere que os diplomas governamentais geram polémica inicial "...e depois geram razoável consenso, quando são aplicados..."

Não! O consenso existe apenas na cabeça deste Governo e é comunicado como tal para esconder que o Senhor Ministro fez a Lei como quis.

É que na Arbitragem segundo a equidade, o Tribunal fixa a solução que corresponde à sua concepção do que é justo no caso concreto. Mas se por um lado o Governo conferiu ao Tribunal Arbitral o poder de reconhecer o direito à in-

baseadas na defesa do segredo profissional?

Como podem os hemofílicos provar o que quer que seja, se os ficheiros clínicos estão dispersos, não existe um ficheiro central, e frequentemente os tratamentos daqueles não são sequer registados nem consta que foram atendidos?

Como podem os hemofílicos provar o que quer que seja, se não existe sequer registo organizado dos lotes de produtos com que foram tratados?

As Administrações dos Hospitais tem oposto aos hemofílicos os maiores obstáculos ao acesso aos ficheiros clínicos, tentando esconder a confusão ou o caos em que o registo dos doentes hemofílicos se encontram em Portugal.

Terminamos como começámos: BASTA! EXIGIMOS JUSTIÇA!

“Por uma Sociedade para Todos”

Portaria impede acesso dos Deficientes ao Trabalho



No Salão Nobre da ADFA reuniram-se um conjunto de associações de deficientes para tomarem conjuntamente uma tomada de posição relativamente à célebre portaria dos inspectores. Dessa reunião saiu o comunicado que publicamos.

Mais uma vez foi na nossa casa que os deficientes se juntaram, o que é para nós motivo de orgulho e satisfação. Esta iniciativa teve seguimento numa reunião havida no Conselho Nacional de Reabilitação de que falamos nesta mesma página.

A publicação da Portaria nº 1.093-B/94, de 7 de Dezembro, dos Ministérios das Finanças e do Emprego e Segurança Social, que aprova as orientações do exame médico e da tabela das inaptidões a utilizar nas admissões de Inspectores do trabalho é, no entender das Organizações não governamentais (ONG's), um atentado à dignidade das pessoas com deficiência, re-

velando uma total ignorância ou alheamento da Administração Pública das potencialidades das pessoas com deficiência para a assumpção de responsabilidades profissionais.

Esta situação representa a negação de todo o trabalho por elas desenvolvido em prol da integração sócio-profissional. Isto poderá revelar, ainda, que a este movimento social se atribui um

estatuto de dependência e menoridade.

Esta perspectiva também se alarga ao campo do ensino, já que universidades, públicas e privadas, condicionam o acesso, às mesmas, de jovens portadores de alguma deficiência física ou sensorial o que, além de discriminatório, é inconstitucional, uma vez que a Constituição garante “liberdade de aprender e ensinar” e atribui aos cidadãos física, ou mentalmente deficientes, todos os direitos e deveres nela consagrados.

A evidenciar tudo o que fica dito está a exigência, como condição de acesso, por parte de algumas universidades, de um atestado médico comprovativo da ausência de deficiência psíquica, sensorial ou motora que interfira com a capacidade funcional e de comunicação inter-pessoal.

Relembra-se, neste contexto, a intenção de aprovação de um decreto, em 1985, sobre a impossibilidade de admissão como funcionários públicos, de professores portadores de deficiência.

Entendem assim as organizações ter toda a legitimidade em manifestar o seu desacordo, em virtude de, como membros do Grupo

de Diálogo, não lhes ter sido proporcionado o direito à discussão das matérias tão delicadas como as do emprego e do ensino.

O Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR) é o órgão governamental que tem atribuições e competências para definir e coordenar a política nacional de reabilitação, através do Conselho Nacional de Reabilitação (CNR) onde as ONG's e os diversos ministérios têm acesso.

Assim, as organizações de deficientes exigem, desde já, uma reunião extraordinária do CNR a fim de se discutir e propor, fundamentadamente, a revogação da citada portaria.

Continuam as ONG's empenhadas na defesa da dignidade das pessoas com deficiência, desenvolvendo todos os esforços para tal, lembrando a responsabilidade que compete ao Estado na participação das pessoas com deficiência na vida quotidiana.

1 - As ONG's abaixo assinadas decidem repudiar tal portaria, bem como a filosofia que lhe está subjacente.

2 - Alertar as entidades oficiais, nomeadamente o SNR para a legislação relacionada com a área da deficiência e da reabilitação não possa, nem deva ser publicada sem que os principais interessados, através das organizações representativas, sejam consultados.

As: - Associação dos De-

Reunião do CNR

Pedida reunião extraordinária

No Centro Maria Cândida da Cunha, realizou-se no passado dia 20 de Abril, pelas 14:30H, uma reunião do CNR, que discutiu os Relatórios e Planos das Actividades Sectoriais do SNR; fez o ponto da situação da Comissão da Educação do CNR, do alargamento do CNR e do Grupo de Diálogo, das propostas das Comissões Especializadas da Saúde e da Segurança Social do Grupo de Diálogo. Sobre estas matérias faremos notícia mais detalhada no próximo “ELO”.

A ADFA e a UCNOD, informalmente, pediram que se realizasse uma reunião extraordinária do CNR, para discutir a Portaria nº 1093-B/94, dos Ministérios das Finanças e do Emprego e Segurança Social, que regulamenta as aptidões físi-

cas para a função de Inspectores do Trabalho.

A conselheira representante do Ministério do Emprego e Segurança Social, esclareceu que a portaria se referia apenas ao desempenho de funções e que a inviabilização das candidaturas apenas poderia acontecer desde que não fossem compatíveis com as funções a desempenhar.

As ONG informaram também que o Grupo de Diálogo iria ser convocado extraordinariamente.

A ADFA manifestou mais uma vez que o SNR e o CNR foram marginalizados neste processo e que o CNR deverá discutir esta matéria que põe em causa a dignidade das pessoas deficientes e todo o trabalho realizado até agora pelas ONG.

ficientes das Forças Armadas

Associação Portuguesa de Insuficientes Renais

Associação Nacional de Espondilite Anquilosante

Associação Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal

Associação Portuguesa de Surdos

Federação Nacional das Cooperativas para a Educação de Crianças Inadaptadas

Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes

Associação de Cegos e Amblíopes Portugueses

Associação Nacional de Afásicos

Associação Portuguesa de Turismo para Todos

Associação Portuguesa de Hemofílicos

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Associação Nacional de Famílias para Integração de Deficientes.

continuação da página 6

Conselho Fiscal Central

PARECER

1 - ACTIVIDADES INTERNAS E VIDA ASSOCIATIVA

1.1 - A 6ª Conferência Internacional sobre Legislação da FMAC foi o acontecimento mais marcante, pela positiva, ocorrido em 1994, e da responsabilidade da ADFA. Na sequência deste acontecimento, devem a DC e os restantes Órgãos Nacionais, empenharem-se no sentido de que as Entidades Governamentais, sejam permanentemente sensibilizadas e confrontadas com a obrigatoriedade de pôr em execução as resoluções emanadas desta 6ª Conferência, e por elas formalmente aceites e aprovadas. O mesmo empenhamento deve ser tido para com os restantes dossiers que já se encontram entregues no Ministério da Defesa Nacional bem como para com as resoluções produzidas no 9º Congresso Internacional de Cegos de Guerra. Quanto ao polémico estudo elaborado pela Caixa Geral de Aposentações, consideramos positiva a forma como a DC e os restantes órgãos abordaram a questão, reunindo-se e esclarecendo-se com os Sócios, mas entendemos que deveria ter sido obtido um esclarecimento formal da posição assumida pelo Dr. Eugénio Ramos.

É necessário, sem dramatizar, manter os Sócios informados e actuar sem hesitação

e com acutilância sempre que os direitos dos deficientes Militares sejam postos em causa, disso dando conhecimento à opinião pública.

1.2 - Monumento aos Combatentes do Ultramar

O CFC subscreveu o comunicado emitido pelos Órgãos Centrais, quando dos lamentáveis incidentes ocorridos durante a inauguração do Monumento ao Combatente, concordando com as demais acções desenvolvidas pela DC.

1.3 - Acções Sócio-Culturais

São de referir duas iniciativas que o CFC considera de muito interesse devendo constituir exemplo a seguir. Referimo-nos ao colóquio realizado quando das comemorações do 20º Aniversário do 25 de Abril e à mesa redonda subordinada ao tema “O Deficiente na Imprensa” integrada nas comemorações do 20º Aniversário do Jornal “ELO”.

O CFC considera uma vez mais ser urgente o apetrechamento do Salão Nobre e da Biblioteca com mobiliário e os meios técnicos necessários e dignos, de forma a que estes espaços possam ser optimizados para acções sócio-culturais de âmbito interno ou para cedências ao exterior, com contrapartidas para a ADFA

1.4 - Reabilitação e Formação Profissional

A reabilitação nas suas múltiplas vertentes e incidên-

cias é naturalmente a principal razão de ser da nossa existência como organização, em paralelo com os aspectos reivindicativos e legislativos. Entendemos e apoiamos os investimentos e as apostas feitas nesta área, na investigação e no desenvolvimento de projectos credíveis, louvamos e sublinhamos as acções desenvolvidas por alguns Sócios e apoiadas pela DC.

Quanto ao Departamento de Reabilitação e à área da Formação Profissional, o ano de 1994 trouxe à evidência alguns problemas e carências nomeadamente no que diz respeito à organização, planeamento e controlo. Nas diferentes intervenções que sobre o assunto fizemos à DC tentámos sempre realçar a grande importância de que se reveste este Departamento, procurando fazer sentir à Direcção Central a necessidade de uma intervenção atempada de forma a colmatar anomalias e dificuldades de funcionamento, salvaguardando o futuro.

1.5 - Revisão Estatutária

O processo de revisão estatutária sofreu apartir de meados do ano passado um novo alento que lhe foi dado pela reunião de Órgãos Nacionais, tida para o efeito e com a subsequente participação e empenhamento da DC. Também nesta área o CFC deu o seu contributo tendo apresentado no início do ano um projecto de revisão estatutária, completo e acompanhado dos respectivos docu-

mentos e sete projectos de regulamentos.

2 - A ADFA NO EXTERIOR

Da leitura do capítulo “Actividades Externas” do Relatório de Actividades da DC, a que este parecer diz respeito, verifica-se que a DC desenvolveu em 1994 um intensa actividade no exterior e multiplicou os contactos com as Entidades Governamentais e Militares bem como com outras Organizações congéneres. Entende o CFC que todos esses contactos devem ser mantidos e aprofundados, revestindo-se do maior interesse o protocolo estabelecido com o MDN para a colocação e nomeação de um representante da ADFA junto da Direcção Geral de Pessoal desse Ministério. Consideramos no entanto que competindo à Direcção Central representar e interpretar a ADFA e os interesses dos Deficientes Militares no exterior, país e estrangeiro, deverá ser sempre tido em consideração a necessidade de elaboração atempada de relatórios sobre essas acções desenvolvidas ou no mínimo delas dar conta aos Órgãos Nacionais e aos Associados, em reuniões periódicas convocadas para o efeito.

3 - RELATÓRIO DE CONTAS

Da análise do Relatório de Actividades e Contas da DC, considera o CFC que as demonstrações financeiras pro-

porcionam informação completa acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações. A informação dada é relevante, está liberta de erros materiais, mostrando apropriadamente o que tem por finalidade apresentar e encontra-se normalizada possibilitando a comparabilidade.

A semelhança do ano anterior, o CFC não pode deixar de lembrar a necessidade de se efectuar um inventário geral patrimonial, muito embora seja do seu conhecimento que já foram feitas algumas diligências nesse sentido.

O CFC manifesta alguma apreensão face à quebra verificada nos resultados obtidos na rubrica Resultados Líquidos do Exercício, especialmente os verificados na Sede, bem como na diminuição dos valores da quotização, relativamente ao ano anterior, na maioria das Delegações e Sede. Este facto é ainda mais preocupante se atendermos a que foi feita uma actualização das quotas para o exercício em análise.

Sendo de todo impossível aumentar significativamente os proveitos constantes das diversas rubricas da Demonstração de Resultados, torna-se imperioso inverter a tendência altista de alguns custos, nomeadamente nas rubricas Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Custos Operacionais a fim de salvaguardar no futuro a estabilidade financeira da ADFA.

4 - CONCLUSÕES

O CFC deseja com este parecer transmitir aos Associados da ADFA, reunidos em Assembleia Geral Nacional a ideia de que durante o ano de 1994 o relacionamento entre o CFC e a DC foi possível e positivo, salvaguardando a independência de cada um, e não deixando de, sempre que necessário e oportuno, apresentar os seus pontos de vista e as suas críticas por vezes acutilantes, mas sempre construtivas.

No final deste mandato o Conselho Fiscal Central não pode deixar de lamentar o facto de até agora não lhe ter sido facultado, num espaço tão grandioso como o da nossa Sede, um local próprio e digno para que um Órgão Nacional, como é o CFC se possa reunir e ter os seus arquivos e documentos.

No entanto, considerando objectivamente a finalidade deste parecer, entendemos que foi globalmente positiva a actuação da Direcção Central, que o esforço e o empenhamento postos na defesa dos interesses dos Deficientes Militares e da ADFA, são dignos de registo e louvor e que o Relatório de Actividades e Contas - Exercício 1994 nos merece a maior confiança, pelo que propomos a esta Assembleia Geral Nacional a sua aprovação.

Lisboa, 08 de Abril de 1994

O Conselho Fiscal Central

UNIDADE DE ENGENHARIA DA REABILITAÇÃO

No Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, a Unidade de Engenharia da Reabilitação está envolvida em actividades ao nível de:

- Informação e Consultadoria, avaliando os problemas e definindo as soluções que melhor resolvam os problemas que se colocam às pessoas com deficiência;

- Desenvolvimento de Soluções, através de :

- . Produção
- . Adaptação
- . Comercialização de ajudas técnicas.

Todas estas intervenções são realizadas envolvendo uma equipa multidisciplinar para garantir a resolução dos problemas:

- Médico Fisiatra
- Médico do Trabalho
- Engenheiro Mecânico
- Terapeuta Ocupacional
- Técnicos Ortoprotésicos
- Secretária

De forma a garantir a qualidade da informação e da consultadoria organizou-se um serviço que recolhe, analisa e trata toda a informação ao nível de catálogos e bases de dados sobre ajudas técnicas : CEDIAT - Centro de Informação e Aconselhamento sobre Ajudas Técnicas - rede HANDY-NET.

Este serviço apoia as pessoas deficientes e as famílias, os profissionais de saúde, da segurança social e da educação, os arquitectos, os investigadores e estudantes da área de reabilitação e outras entidades desta área. É também utilizado pelos profissionais que nele trabalham como forma de actualização constante no âmbito das ajudas técnicas, para fazer face aos problemas diários e às nomeações recentes do CRPG:

- Centro Especializado para Atribuição de Ajudas Técnicas
- Centro de Informação e Aconselhamento da rede Handynet para a área motora
- Centro Financiador de Ajudas Técnicas Profissionais

O QUE É O HANDYNET ?



CENTRO DE INFORMAÇÃO E ACONSELHAMENTO DEFICIÊNCIA MOTORA



O Handynet é um sistema de informação computadorizado europeu. Ou seja, é uma base de dados contendo informações de todos os países da comunidade, informação que visa dar uma resposta pre-

cisa e imediata às necessidades específicas das pessoas deficientes.

A base de dados é constituída por diversos módulos temáticos:

- Ajudas técnicas
- Emprego e Formação
- Desporto
- Turismo
- Estatísticas
- Biblioteca

Neste momento só está a ser desenvolvido o 1º módulo - Ajudas técnicas.

Pela consulta deste sistema podem-se obter informações específicas sobre:

- quais as ajudas técnicas existentes no mercado que melhor se adequam à deficiência em causa, com informação nomeadamente dos preços, locais de venda, características técnicas, produtores e fornecedores.
- o tipo de legislação e de regulamentação em vigor sobre ajudas técnicas (benefícios fiscais, isenções, formas de financiamento, etc).

CEDIAT - CENTRO DE INFORMAÇÃO E ACONSELHAMENTO SOBRE AJUDAS TÉCNICAS

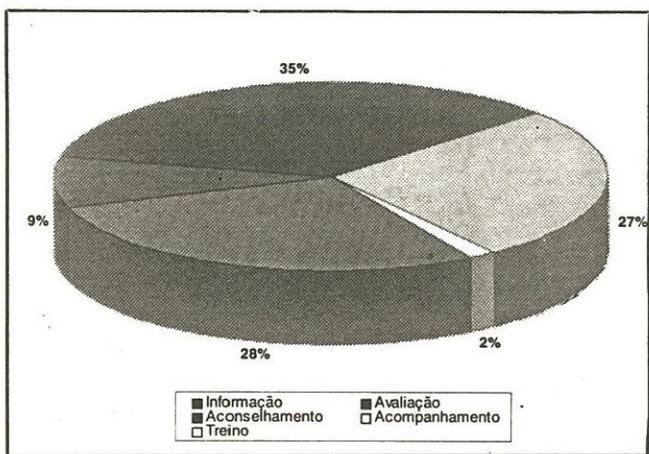
Este serviço tem como objectivos a recolha, a análise e o tratamento da informação sobre ajudas técnicas, bem como a disponibilização desta informação aos seus utilizadores.

A informação encontra-se sob a forma de catálogos e panfletos publicitários de ajudas técnicas e /ou em bases de dados.

Como forma de avaliação e apoio aos utilizadores, o Centro tem em exposição produtos para serem observados e experimentados, como cadeiras de rodas manuais e eléctricas, almofadas anti-escara, materiais informáticos - DEMO I e II e outros softwares.

Qualquer pessoa, deficiente ou não, poderá utilizar este serviço como forma de obter as informações que desejar na área da reabilitação.

Durante o ano de 1994 o CEDIAT atendeu 64 utentes, essencialmente deficientes motores (76 %), tendo realizado um total de 225 intervenções, que poderão ser observadas no gráfico em anexo.



PRODUTOS EM EXPOSIÇÃO

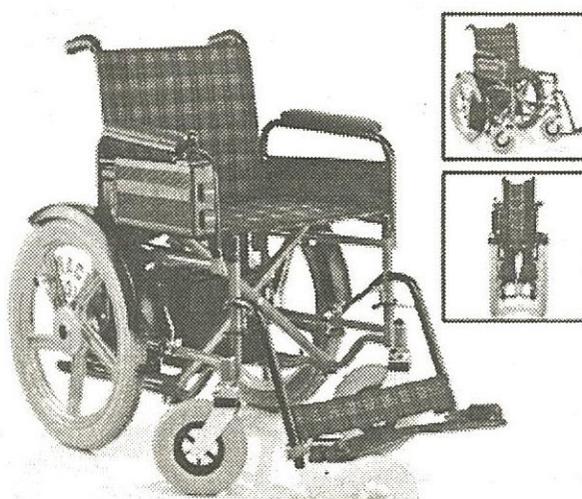
CADEIRA DE RODAS MANUAL FABRIORTO

- rodas grandes atrás e pequenas à frente
- 62 cm de largura total
- 22Kg de peso
- dobrável
- patins destacáveis

CADEIRA DE RODAS ELÉCTRICA FABRIORTO

- rodas médias atrás e pequenas à frente
- 61 cm de largura total
- 120 cm de comprimento
- 76.5 Kg de peso
- autonomia de 8 h
- comando à direita ou à esquerda com regulação em altura e comprimento
- opção: trepa - passeios

CADEIRA DE RODAS ELÉCTRICA SURACE



- rodas grandes atrás e pequenas à frente
- 60 cm de largura total
- 110 cm de comprimento
- 63 Kg de peso
- autonomia de 6 h
- comando à direita ou à esquerda com regulação em altura e comprimento
- patins destacáveis
- bateria facilmente destacável
- possibilidade de fechar
- opção: comandos electrónicos programáveis para mesa, perna e boca.

ALMOFADA ANTI - ESCARA OMEGA 5000

- em gel
- capas protectoras interna e externa

ALMOFADA ANTI - ESCARA JERICHO

- com caixa de ar
- protecção em espuma
- capa protectora externa

DEMO I E II

- estações de trabalho que permitem a utilização de computadores (emuladores de teclado)
- permitem utilizar qualquer programa que corra em ambiente MS-DOS
- destinados a pessoas com deficiência nos membros superiores

NOVIDADES

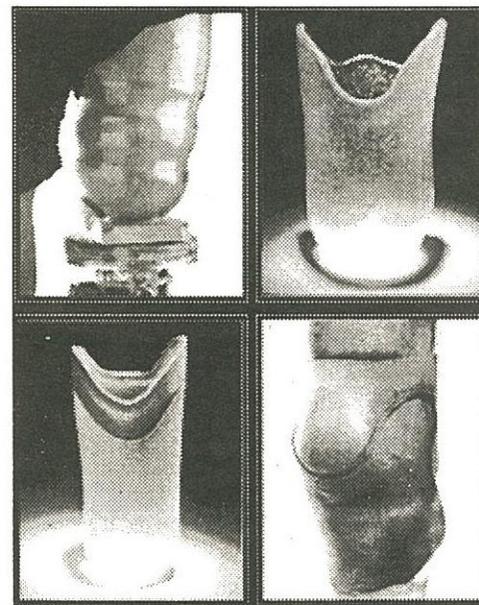
Como novidades introduzidas no CRPG, salientamos o uso de novos materiais na produção de próteses:

Próteses de silicone

- Próteses estéticas para mão, pé e rosto
- Fléxiveis
- Possibilidade de utilização em próteses mioeléctricas
- Estabilidade da cor
- Grande durabilidade (4 anos de duração para mãos utilizadas com próteses mioeléctricas)
- Resistentes
- Podem ser standard ou produzidas individualmente e com as características do utilizador
- O silicone é trabalhado para obter a coloração, rugas, poros e pelos como os do utilizador.

O encaixe TEC

- Produzido individualmente em gel de poliuretano
- Concebido de forma a distribuir as pressões de uma maneira uniforme
- Elimina qualquer fricção com a pele
- Evita o uso de meias de coto
- Elimina a transpiração
- Utilizado em próteses para amputações acima ou abaixo do joelho



Vinte anos depois de Abril e continuam as injustiças

Parece que a ADFA nada fez para resolver este flagelo

Vinte anos depois de Abril e ainda há muitas injustiças para corrigir. Vejamos uma delas: um militar a cumprir o serviço militar obrigatório que na guerra colonial, tivesse o azar de ser ferido em combate, directa ou indirectamente, pelo inimigo, e disso lhe resultasse incapacidade e se os ferimentos fossem considerados como sendo em campanha, a esse militar seriam concedidos direitos e regalias, ao abrigo da lei existente, o que era justo. No entanto, houve militares que sofreram ferimentos, durante o seu serviço militar, nas antigas colónias portuguesas, de que resultaram por vezes incapacidades permanentes com a amputação de membros, por exemplo, e a quem todavia nunca foram reconhecidos quaisquer direitos ou atribuídas quaisquer regalias. Criaram-se assim situações diferentes que se tornaram injustas. Para melhor entender as duas situações acima indicadas refira-se que é considerado deficiente das Forças Armadas, com as regalias que daí advêm, o militar que tenha sido ferido em

combate e disso lhe tenha resultado incapacidade permanente.

Já não entra, no entanto, na categoria de deficiente das Forças Armadas o militar, que embora não ferido pelo inimigo, tenha sofrido durante o combate um acidente causado por exemplo pela passagem de um veículo militar por cima dos seu corpo donde tenha resultado incapacidade física.

Os dois casos de militares acima referidos embora iguais nas consequências ocorridas e ocorridos no mesmo teatro de guerra são tratados diferentemente, recebendo um deles a chamada pensão de campanha e o outro uma pensão de serviço cujos montantes são significativamente diferentes, ficando o primeiro com uma pensão razoável para fazer face ao custo de vida e um segundo com uma pensão de miséria.

Mas as consequências não param por aqui. Vejamos o meu caso concreto:

Eu próprio fui ferido numa perna e num pé na guerra colonial em zona operacional de combate e por razões desconhecidas os meus ferimentos foram considerados como acidente de serviço. Uma injustiça! Depois de estar um ano

com baixa no Hospital Militar foi-me dada alta, com a incapacidade de 15%, incapaz para todo o serviço militar e capaz para todo o serviço civil. Não fiquei, no entanto depois de ter regressado à vida civil, em condições de exercer a profissão que tinha antes do acidente. Tive que ir trabalhar para outro tipo de actividade. Depois de vinte e um anos de serviço, a Empresa onde trabalho contactou-me agora e expôs-me o seguinte problema: « Olhe Sr. Albino, como sabe o senhor tem condicionantes em termos de saúde, não pode exercer o mesmo trabalho como um outro trabalhador normal, por causa do problema do seu pé. A empresa não pode manter ao serviço pessoas como a sua e a nossa proposta é a de que vá a uma Junta Médica, com vista à aposentação por invalidez ». Fiquei angustiado e fui-me informar sobre esta questão.

Obtive a informação de que teria de optar pela pensão de serviço militar, vinte e poucos contos que recebo devido ao acidente ocorrido durante a guerra, ou pelos quarenta e poucos contos dos vinte e um anos de serviço prestado na Empresa CTT. Vê-se assim o signatário chegar a meia idade e na eminência de ir pedir pelas ruas para fazer face às despesas com os seus familiares, com a sua habitação, etc, etc.

Ora é aqui que reside o grande problema e por isso o signatário apela a quem de direito para que seja resolvida a situação de grande injustiça com que se depara.

O Ministério da Defesa tem tido um bom relacionamento com a ADFA em termos de festas, mas isso não resolve os problemas da sobrevivência pessoal e familiar dos que ficaram marcados, sofreram e sofrem ainda fisicamente e moralmente, todos os traumas da guerra.

Casos como o do signatário deveriam ser abrangidos pela lei que se refere às pensões dos feridos em combate pelo inimigo, ou solucionados por forma a que fosse permitida a acumulação da pensão militar com a pensão civil, que juntas somam sessenta e poucos contos, assim se pondo termo a situações de flagrante injustiça e que provocam desespero.

Que se resolva esta situação rapidamente, o País não merece e não pode permitir que os seus antigos combatentes tenham de recorrer à mendicância.

Albino Santos Sousa sócio nº.6073

"Acumulações sob mira"

O artigo acima escrito pelo associado em referência, põe o acento tónico da sua chamada de atenção no problema das "acumulações".

Não se tem comentários sobre as considerações iniciais, se bem que se deva observar que há inexactidões no segundo parágrafo e que a classificação dos deficientes militares apresentada tem de ser completada com um terceiro grupo. O dos deficientes militares sem pensão que são uma das grandes preocupações da ADFA.

No que se refere a acumulações, problema essencial do texto, a ADFA tem reivindicado para os deficientes em serviço, desde há muito, o mesmo tratamento legal que foi legislado para os DFA's a partir de 1987 (artº 13 do DL 43/76 de 20JAN).

A matéria foi alvo de duas recomendações aprovadas por representantes do governo português, na 5ª e na 6ª Conferência Internacional de

Legislação dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, em 1988 e 1994, respectivamente.

Encontra-se também pendente no Ministério da Defesa Nacional uma proposta da ADFA para resolução da matéria, desde há vários anos.

A DC, sabe que o governo tem nesta altura, um projecto de diploma em fase de ultimização e espera que esta injustiça, face aos valores que lhe estão subjacentes, designadamente o direito à plena reabilitação, integração profissional e social dos deficientes militares, para além do reconhecimento da Nação, venha a ser reparada a muito breve trecho.

A terminar para aconselhamento da área jurídica pode consultar o nosso advogado.

O DIRECTOR

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
POLO GL 1.3 2P	1.610.875.00	2.379.930.00
POLO FOX 1.05 2P	1.310.499.00	1.809.129.00
GOLF CL 1.4 2P	1.780.400.00	2.733.217.00
GOLF CL 1.4 4P	1.822.694.00	2.783.871.00
GOLF CL D 4P	1.903.635.00	4.221.173.00
GOLF GL TD 4P	2.390.926.00	4.791.303.00
GOLF GL TDI	2.803.669.00	5.274.213.00
GOLF VARIANT CL 1.4	2.164.028.00	3.182.062.00
GOLF VARIANT CLD	2.081.944.00	4.429.794.00
GOLF VARIANT GL TD	2.581.467.00	5.014.236.00
GOLF VARIANT GL TDI	3.035.802.00	5.545.808.00
VENTO CL 1.4	1.922.912.00	2.899.959.00
VENTO CL D	1.995.164.00	4.328.262.00
VENTO GL TD	2.492.002.00	4.909.562.00
VENTO GL TDI	2.902.649.00	5.390.019.00
PASSAT CL TDI	2.754.654.00	5.216.865.00
PASSAT GL TDI	3.452.293.00	6.033.103.00
PASSAT VARIANT CL TDI	3.011.454.00	5.517.321.00
PASSAT VARIANT GL TDI	3.709.236.00	6.333.726.00
AUDI A4 1.9 TDI	3.620.581.00	6.230.000.00
AUDI A4 1.9 TDI+	4.056.479.00	6.740.000.00
AUDI A6 1.9 TDI	4.737.734.00	7.537.069.00
AUDI A6 1.9 TDI+	5.666.282.00	8.623.470.00

Na compra de Audi ou VW Passat até 31/07/95 há surpresas para os sócios.

AUTOMÓVEIS FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
UNO 45 S 3P	1.116.530.00	1.571.556.00
UNO 45 S 5P	1.301.961.00	1.788.510.00
UNO TURBO DS 5P	1.906.143.00	2.860.195.00
PUNTO 55 S 3P	1.197.345.00	1.741.066.00
PUNTO 55 S 5P	1.253.379.00	1.806.626.00
PUNTO 75 T. D. 3P	1.639.597.00	3.229.091.00
FIAT TIPO 1.4 3P	1.614.960.00	2.527.665.00
FIAT TIPO 1.7 D. 5P	1.808.563.00	3.426.731.00
TEMPRA 1.4	1.944.270.00	2.912.953.00
TEMPRA 1.9 T.D.S.	2.752.136.00	5.364.002.00
TEMPRA T.D. 1.9 (Carrinha)	2.876.068.00	5.509.001.00
CROMA 1.9 T.D.S.	3.107.880.00	5.780.222.00

AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
SWING 1.2 3P	1.352.666.00	2.016.785.00
SPORT 1.4 3P	1.787.000.00	2.790.015.00
SWING 1.4 3P	1.587.007.00	2.556.015.00
SWING 1.4 5P	1.644.766.00	2.623.590.00
SWING 1.5 D 3P	1.675.037.00	2.820.475.00
SWING 1.5 5P	1.731.934.00	2.887.045.00

ASTRA

1.4 GLS 4P	2.330.973.00	3.426.455.00
1.7 GL 4P	2.252.110.00	3.983.760.00
1.7 TD GLS 4P	2.702.448.00	4.477.730.00
CAR 1.7 DTL GL	2.372.800.00	4.124.970.00
CAR 1.7 TD	2.814.617.00	4.608.855.00

VECTRA

1.7 TD GLS	3.208.940.00	5.070.326.00
------------	--------------	--------------

TIGRA

1.4 XE COUPE 16V 2P	1.968.904.00	3.002.830.00
1.6 XE COUPE 16V 2P	2.407.035.00	3.925.150.00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 20H00 para Alberto Pinto. Outras informações nas horas de expediente para os telef.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.



PNEUS LINO

COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS, LDA.

BARGOS — CALENDÁRIO
V. N. FAMALICÃO

PROTOCOLO

CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, DELEGAÇÃO DE V. N. DE FAMALICÃO E A FIRMA PNEUS LINO, COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS, LDA.

● Condições especiais de fornecimento pela firma PNEUS LINO à ADFA, seus associados e familiares:

— Descontos: Pneus:

Marca	Tipo	Desctos.
Bridgestone	todos	30%
Dulonp	"	40%
Firestone	"	35%
Goodyear	"	40%
Mabor	"	35%
Michelin	Lig/com.	32%
"	Pesado	35%
Pirelli	todos	35%
Uniroyal	"	40%

Serviços: Alinhamento
equilibragem
rotações, etc } 25%

Acessórios: Jantes especiais
volantes desportivos
outros } 20 a 45%

Óleos: TOTAL

● A firma LINO, só fornecerá material ou serviços associados da ADFA, mediante apresentação de credencial passada pela ADFA, cuja validade será de 30 dias.

● Para mais pormenores, contactar sede/delegações.

"PORTÕES"

para
abrir

não se canse

Automatiza-se
com comando
à distância

Orçamento
grátis

Tel. 093 1241310

COMPRA-SE



Quiosque
bem localizado
em Lisboa
ou arredores



Telf. 2741976 - 4325835
7570502 (ext. 225)

Deficientes sem legislação participem

Camaradas

No dia 4 de Março de 1995, em Assembleia Geral, realizada na Delegação do Porto, concluiu-se a Revisão dos Estatutos, que de já há longo tempo se vinha tentando.

Foram duas Assembleias bastante participativas, a primeira na nossa Sede em Lisboa, estiveram presentes cerca de 200 Associados, na segunda no Porto estiveram cerca de 130 Associados.

Podemos assim congratularmo-nos com a participação dos mesmos, na discussão na especialidade,

dos estatutos, discussão essa, que em certos momentos, foi bastante viva, mas salutar.

No entanto camaradas, isto é pouco, pois que nós somos, mais que 200, mas para tal, é necessário, uma maior sensibilização de todos, para os problemas, que nos abrangem, não é ficar acomodados nas nossas casas que eles se resolvem, é preciso a nossa participação.

Nesta revisão de Estatutos, foram criados novos órgãos, tanto a nível Nacional, como em relação a Delegações, por tal vai haver uma maior participação

a nível desses órgãos, mas camaradas, para que eles trabalhem em consonância com os problemas Gerais dos deficientes todos nós temos que lhes fazer chegar os nossos problemas, para que assim possam ser debatidos e sejam do conhecimento Geral.

Camaradas, não fiquem acomodados, quando tiverem um problema, que seja vosso, mas que também é nosso, não se acanhem, peguem numa carta escrevam para o nosso "Jornal Elo" a expor a vossa situação, pois que o jornal é um excelente órgão de divulgação, mas para isso é preciso fazê-lo funcionar correctamente, dando a conhecer a todos os associados, os problemas que existem, pois que só a nós diz respeito, ou então diri-

jam-se às Delegações ou Núcleos a expor os vossos problemas, porque esperamos que as pessoas por nós eleitas estão na disposição de lhes dar a melhor atenção para a resolução do vosso problema.

Faz da nossa Associação uma segunda casa, quase todos nós e penso que assim seja, lutamos por um bem comum, que é o de todos os deficientes, sejam vistos como pessoas integradas na sociedade não como coitadinhos.

Vamos todos num Elo de União darmos as mãos e vamos continuar a lutar para que os deficientes sejam vistos como cidadãos de pleno direito numa Pátria que é sua e de todos em geral.

Juntos em uníssono, vamos, porque ainda estamos

a tempo fazer da nossa Associação, que já o é, mas todos que todos nós queremos que seja ainda maior, na defesa dos problemas dos deficientes, unidos traçaremos um futuro novo.

Quero aqui também expressar a minha gratidão, e penso que também de todos nós, à comissão da Revisão dos Estatutos, que dentro do seu melhor, conseguiram, realizar um sonho há tanto ambicionado.

Solicito também a todos que trabalham em prol da classe, que aproveitem o nosso Jornal para informarem com mais clareza e em tempo oportuno decisões que vão sendo tomadas, só assim os associados, se vão sentindo informados, e se vão sentindo responsabilizados, para o que de bom ou de mal possa acontecer.

Júlio Dinis de Sousa
Chamusca
Sócio 4971

Compra-se carro

Entre 1.000 e 1.300 cm³
de 1 a 3 anos de uso
Tel. 933 20 20

AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes • Cores opacas
Em vigor desde 12 Abril de 1995

MODELO -3-PORTAS	P.BASE	P.V.P.
TWINGO	1.209.791.00	1.850.000.00
TWINGO PACK	1.269.620.00	1.920.000.00
CLIO-RL-1.2	1.228.951.00	1.825.000.00
CLIO-BE BOP	1.335.789.00	1.950.000.00
CLIO-RN-1.2	1.434.079.00	2.065.000.00
CLIO LUNA	1.583.652.00	2.240.000.00
CLIO-RT-1.2	1.681.943.00	2.355.000.00
CLIO-RT-1.4	1.785.860.00	2.760.000.00
CLIO-RTI-1.4	1.811.501.00	2.790.000.00

MODELO -5-PORTAS	P.BASE	P.V.P.
CLIO-RL-1.2	1.293.054.00	1.900.000.00
CLIO-BE BOP	1.399.891.00	2.025.000.00
CLIO-RN-1.2	1.498.182.00	2.140.000.00
CLIO-LUNA	1.647.754.00	2.315.000.00
CLIO-RT-1.2	1.746.045.00	2.430.000.00
CLIO-RT-1.4	1.849.963.00	2.835.000.00

RENAULT-19-TRICORPO-4-PORTAS-OU-5-PORTAS-BICORPO	P.BASE	P.V.P.
R-19-RL-1.2	1.895.166.00	2.610.000.00
R-19-JAZZ-1.2	1.980.636.00	2.710.000.00
R-19-SCALA-1.4	2.135.836.00	3.175.000.00
R-19-RTI-1.4	2.345.238.00	3.420.000.00
R-19-SCALA-1.9 DT	2.249.404.00	4.550.000.00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA	P.BASE	P.V.P.
CLIO-RT-1.4-3-P.	2.060.561.00	3.081.399.00
CLIO-RT-1.4-5-P.	2.124.664.00	3.156.400.00
R-19 SCALA-1.4	2.321.477.00	3.392.200.00
TWINGO EASY S/EMBRAIAGEM	1.355.090.00	2.020.000.00

RENAULT EXPRESS	P.BASE	P.V.P.
EXPRESS COMBI 1.2	1.496.787.00	2.195.000.00
EXPRESS BREAK 1.2	1.834.394.00	2.590.000.00

GRANDES VANTAGENS PARA OS SÓCIOS

RENAULT

Renault Portuguesa, S.A.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES DESCONTOS AOS SÓCIOS

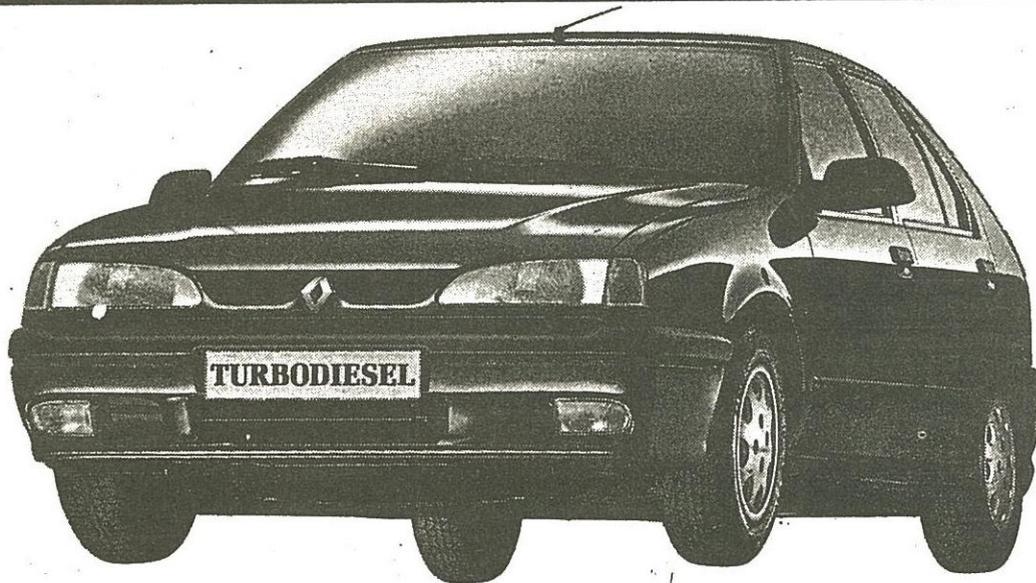
Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (telef. 421 49 51)
STAND: Telef. 836 14 00
Fax: 836 14 80 — Telemóvel: 0936-62 60 41
Delegado de vendas: Bernardes

uma gama completa
versões a gasolina e a diesel

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

SE NÃO LHE PODE RESISTIR

CONVERTA-SE
AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um Renault 19 Turbo Diesel.

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo

económico, dinâmico e confortável.

Converta-se a um excepcional nível de equipamento

que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico, volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir

ao novo Renault 19 Turbo Diesel,

converta-se...

Renault 19. A irresistível tentação.

SUCURSAL

RENAULT CHELAS

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa
Tel 836 14 00 - Fax 836 14 80

RENAULT

21 Anos

14 de Maio

A Cimentar Estruturas

Foram anos de sonhos reprimidos, de raivas engasgadas em gargantas ressequidas por tanto esperar o alvorecer que tardava, do direito a gritar que a noite sufocava, até que madrugada de Abril e dia de Maio, em flor conjunta, nos deram aroma intenso, e estrada ampla para caminhar, com os nossos pés firmes, as vias da cidadania e do direito a ser gente feliz.

Passaram 21 anos, ainda que nos pareça mentira, mas 14 de Maio aí se perfila, incomensuravelmente erguido na nossa memória vivida e a viver, em abraço e comunhão que, cada vez mais, nos congregam e chamam à razão de ser, e sermos, deficientes das Forças Armadas.

Do nada fizemos cimento, estruturámos alicerces, construímos reabilitação, edificámos sede, completámos edifício estatutário e fizemos de nós próprios obra digna!

Muito temos por construir, não podemos, todavia, continuar obra sem a assentarmos na estrutura já edificada. Assim, no dia 14 de Maio de 1995, iremos rever-nos numa exposição "21 anos de AD-FA" e, nesse mesmo dia, num almoço, enlearemos o viver passado com o desafiar futuro.

Vamos ser todos, vamos ser muitos!

Inscreve-te até 11 de Maio.



Tecnitagus



Tecnitagus - Comércio de Viaturas, S.A.
Rua D. João de Castro, 30 2800 ALMADA
Telefone: 274 84 49 / 276 41 97

FINANCIAMENTO VOLKSWAGEN CRÉDITO • ALD • LEASING

Toda a gama Volkswagen vem agora equipada com um financiamento de série.

No Concessionário Tecnitagus encontra um serviço de atendimento personalizado e várias opções financeiras **SGC Car** adequadas ao seu caso. Visite-nos e informe-se connosco.

UM PRODUTO:

SGC CAR
A SOLUÇÃO COMPLETA

